



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Marcelo Melo dos Santos

**Acumulação Primitiva Permanente e Impactos Sócio-territoriais: O
Caso Da ALPA x Belo Vale**

Marabá-PA

2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Marcelo Melo dos Santos

**Acumulação Primitiva Permanente e Impactos Socio-territoriais: O
Caso Da ALPA x Belo Vale**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciatura Plena e bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Msc. Fernando Michelotti.

Marabá-PA

2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Marcelo Melo dos Santos

**Acumulação Primitiva Permanente e Impactos Sócio-territoriais: O
Caso Da ALPA x Belo Vale**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciatura Plena e bacharel em Ciências Sociais.

Data de aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Msc. Fernando Michelotti (Orientador).

Prof.^a Raimundo Gomes da Cruz Neto (Avaliador externo).

Prof. Dr.^a Célia Regina Congílio (Avaliador interno).

Conceito:

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família: a meu Pai (*in memoriam*) que com certeza está feliz com mais essa vitória, e, especialmente, à minha Mãe que, apesar de todas as dificuldades, sempre me incentivou a estudar. Queria também dedica-lo a meus irmãos e Irmãs, sobretudo José Ramos dos Santos e Paulo Ramos dos Santos Filho, vítimas da violência que cerca a nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

São tantos os sujeitos e entidades que contribuíram para a concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso, que se eu fosse pautar um a um, levaria bastante tempo e eu ainda correria o risco de ser injusto, por esquecer de alguém ou não conseguir citar todas essas pessoas. Portanto para não correr este risco deixo claro que vou tentar ao máximo descrever as pessoas que estiveram próximas de mim ou ligadas diretamente a produção deste trabalho.

De início gostaria de agradecer a três pessoas que foram fundamentais para a produção deste trabalho; agradeço o companheiro Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP- Centro de Educação pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), militante histórico da luta pelos direitos dos povos atingidos pelos grandes projetos da Amazônia. Agradeço-lhe não só pelos materiais cedidos e leituras compartilhadas, mas também por me instigar acerca da necessidade de lutar por um mundo mais justo e igualitário.

Agradeço também pelas discussões teóricas proporcionadas pelo meu orientador Fernando Michelotti, grande figura que merece minha admiração e respeito por sua simplicidade e ao mesmo tempo por sua lucidez em discutir temas tão complexos como os que cercaram este trabalho.

O meu agradecimento vai também para o senhor Isaias Soares de Melo, liderança do projeto de assentamento Belo Vale, que nos recebeu de braços abertos nos ajudou nas entrevistas, enfim, nos ofereceu todas as informações necessárias para a produção deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aqui algumas entidades tais como; a CPT (Comissão Pastoral da Terra) na pessoa do senhor José Batista Afonso, Rose, Geusa e Sávio pelas parcerias feitas em prol da luta contra a opressão. Agradeço aos integrantes do Movimento Debate e Ação (Edileuza, Jane, Thiago, Iara, Rafael, Eric de Belém, Jaqueline, Simoninha, Simone Paiva, Luciano, Edilson e Alexandra) que assim como eu sonham com outro mundo possível.

E, por fim, quero agradecer a toda a turma de Ciências Sociais 2007, sobretudo ao amigo Cristiano Bento, pelas discussões que travamos durante todo o período em que eu estava escrevendo o TCC, pelos conselhos, e ajuda nas correções.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBRÁS -	Alumínio Brasileiro S. A
ALPA -	Aços Laminados do Pará
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S. A
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES -	Banco nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAF -	Corporação Andina de Fomento
CEPASP -	Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
COSIPAR -	Companhia Siderúrgica do Pará
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CSA -	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CSP -	Companhia Siderúrgica de Pecém
CSU -	Companhia Siderúrgica de Ubu
DIM -	Distrito Industrial de Marabá
DNIT -	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DNPM -	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC -	Estrada de Ferro Carajás
FGC -	Ferro Gusa Carajás
FONPLATA	Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia da Prata
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBÉRICA -	Siderúrgica ibérica do Pará S. A
ICOMI -	Indústria e comércio de Minérios S.A
IIRSA -	Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MARAGUSA -	Marabá Gusa
MDA -	Movimento Debate e Ação
PA -	Projeto de Assentamento
PAC -	Programa de Aceleração do Crescimento

PGC -	Programa Grande Carajás
PIB -	Produto Interno Bruto
PNM	Plano Nacional de Mineração
RB	Relação de Beneficiários
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SIDEPAR	Siderúrgica do Pará S. A
SIMARA	Siderúrgica Marabá
SINOBRÁS	Siderúrgica Norte do Brasil
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – INVESTIMENTOS DO PAC I E II EM TODO O BRASIL.....	46
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS ÁREAS OUTORGADAS PELO DNPM.....	55

GRÁFICOS

GRÁFICO 1- PROJEÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS MINERAIS ATÉ 2030.....	53
--	-----------

MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ALPA E SUAS ESTRUTURAS.....	68
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS.NECESSÁRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DA ALPA.....	70
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DE MARABÁ.....	72
MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DA ALPA.....	77
MAPA 5 – LOTES DO PA BELO VALE ATINGIDOS POR DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO.....	80

TABELAS

TABELA 1- INVESTIMENTOS MAPEADOS NA INDÚSTRIA 2011 – 2014.....	48
TABELA 2- INVESTIMENTOS MAPEADOS NA INFRAESTRUTURA 2011 – 2014.....	50
TABELA 3- PRINCIPAIS PROJETOS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ.....	54
TABELA 4- PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS.....	58
TABELA 5- PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PARÁ 2010.....	60

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	11
2-CAPITULO I - DA DINÂMICA DO CAPITALISMO À ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE.....	14
2.1- DINÂMICA DO CAPITALISMO HISTÓRICO.....	14
2.2 -CRISE DO CAPITALISMO HISTÓRICO.....	19
2.3- O DESLOCAMENTO DO CAPITAL NO ESPAÇO.....	24
2.4- ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE.....	26
2.5- ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO/DESPOSSESSÃO.....	29
2.6- ACUMULAÇÃO INTENSIVA EXTENSIVA.....	32
2.7- O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL.....	33
3-CAPITULO II - O ESTADO COMO ALIADO DOS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA.....	38
3.1- O PAPEL DO ESTADO NA AMAZÔNIA.....	38
3.2- PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA DAR VIABILIDADE AOS GRANDES PROJETOS.....	42
3.3-A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA PROJETOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA: O CASO DO BNDES.....	47
3.4- A MINERAÇÃO NA POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL E A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA.....	51
3.5- O FENÔMENO DA REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA.....	56
4 - CAPITULO III - DISPUTA POR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS: ALPA X BELO.....	62
4.1- HISTÓRICO DA MINERAÇÃO INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA.....	62
4.2- A TENTATIVA DE VERTICALIZAÇÃO DO MINÉRIO: O CASO DA ALPA EM MARABÁ.....	65
4.2.1- Limites e Possibilidades do Projeto ALPA.....	72
4.3-ATORES SOCIAIS QUE SE ENCONTRAM NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO: O CASO DO PA BELO VALE.....	75

4.3.1- Histórico do PA Belo Vale.....	76
4.3.2- A questão Belo Vale x ALPA.....	78
4.4-IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO/DESPOSSESSÃO.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

1. INTRODUÇÃO

A região Sul e Sudeste do Pará, desde a década de 1980, se depara com um grande “boom” de crescimento cuja causa está na instalação, sobretudo, dos grandes projetos minerais pensados a partir do PGC (Programa Grande Carajás), que se constituiu em uma mola propulsora, não só de desenvolvimento, mas também de vários problemas sócio-territoriais. Com a vinda destes grandes projetos de mineração, como o projeto Ferro Carajás, criou-se uma expectativa em torno da possibilidade de se criar, no corredor de Carajás, polos siderúrgicos que pudessem agregar valor a cadeia produtiva do minério e assim impulsionar a economia regional.

Por volta de 1988, o Estado Brasileiro, através do PGC, criou no corredor da Estrada de Ferro Carajás dois grandes polos siderúrgicos; um em Marabá, no estado do Pará, e outro em Açailândia, no estado do Maranhão. Em Marabá o Distrito Industrial iniciou suas operações para produção de ferro-gusa com duas siderúrgicas; a SIMARA (Siderúrgica Marabá S. A) e a COSIPAR (Companhia Siderúrgica do Pará S. A). Na década de 1990, o polo industrial de Marabá já contava com 15 siderúrgicas, mas, em 2008, atingidas pela crise, muitas fecharam as portas.

A crise no setor guseiro provocou a reação do governo estadual, que lançou uma política de reestruturação da fase II do Distrito Industrial de Marabá (DIM). E, por volta de 2009, criou a fase III do DIM com o objetivo específico de Apoiar a Mineradora Vale para que esta implantasse a ALPA (Aços Laminados do Pará). A ALPA é uma siderúrgica que visa a produção de chapas e bobinas de aços, e, segundo os discursos oficiais, este empreendimento deve atrair diversos investimentos, inclusive um polo metal mecânico.

Sabemos que hoje a nossa economia se encontra voltada para a produção de *commodities*, e a causa disto está na dinâmica do capitalismo histórico brasileiro, que possui como característica principal a relação de dependência, e passa por processos de acumulação primitiva de capital, cujo caráter é de permanência.

A acumulação primitiva de capital, diferentemente do que afirmava Marx, não é um processo que se manifesta apenas como condição para o surgimento do capitalismo na Inglaterra do século XVIII. Para autores como David Harvey e Carlos Brandão, a acumulação primitiva possui características e estratégias permanentes dentro do capitalismo, cujas formas se dão mediante espoliação/desposseção.

O segredo da acumulação primitiva está na expropriação, porém a expropriação num sentido amplo supõe a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade, comum, coletiva, estatal em direitos de propriedade exclusivos.

A amplitude deste tema possibilita infinitas discussões, sendo assim, para esta análise, tomamos como objeto de estudo a relação do projeto Aços Laminados do Pará com a dinâmica da acumulação por espoliação/desposseção, e a repercussão desse processo na tentativa de expropriação do P.A Belo Vale.

Em face deste contexto, que tem o minério como elemento estruturante da economia brasileira, e que se reflete, também, na dinâmica da região Sul e Sudeste do Pará, o seguinte problema se edifica: a tentativa de verticalização do minério, através do projeto ALPA, inverte ou reforça a hegemonia da acumulação primitiva mediante espoliação/deposseção?

De maneira geral, o objetivo deste trabalho é estudar a dinâmica da exploração mineral na região Sul e Sudeste do Pará, percebendo como a mineração industrial é influenciada por ela, tomando exemplo o caso da ALPA e a repercussão deste empreendimento nos assentamentos no entorno, em específico o PA Belo Vale.

Para alcançarmos o objetivo a que se propõe este trabalho de conclusão de curso, dividimos o estudo em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo fundamental, entender a dinâmica do capitalismo, encarando-o como um sistema construído historicamente, que divide a sociedade em classes e cria cadeias mercantis com altas hierarquias de poder onde cada país (periférico e central) desempenha função específica.

Nesta discussão será abordada a dinâmica do capitalismo histórico e o seu movimento, que se dá por meio de sucessivas crises, as quais servem para atualização do sistema, e para que este garanta a sua continuidade através do deslocamento geográfico pelo espaço, tendo como premissa sua valoração. Compreende-se que, mesmo quando o capitalismo não consegue se recuperar das crises, ou seja, não consegue lucro sobre a reprodução ampliada, aí o sistema começa a lançar mão de mecanismos primitivos de acumulação, cujas características se dão mediante espoliação/desposseção.

O capítulo seguinte se propõe a delinear a discussão acerca do papel desempenhado pelo Estado, que é encarado como grande aliado, não só dos grandes projetos e suas infraestruturas, mas também do sistema capitalista como um todo. Para

todos os efeitos, o Estado, antes de servir a empresas, ao agronegócio, à mineração, é capitalista. Sendo assim, o seu papel tem sido o de reproduzir e legitimar as relações de produção.

Descreveremos, a partir de então, as estratégias do Estado para viabilização dos grandes projetos por aqui instalados. Tais estratégias aparecem por meio do apoio financeiro através de bancos, como o Banco nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da criação de programas como o PAC I e II (Programa de Aceleração do Crescimento), e de programas de infraestruturas em nível de América latina, como a IIRSA (Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-Americana).

Além disso, o Estado cria planos estratégicos para os setores econômicos mais influentes, como o Plano Nacional de Mineração (PNM 2030), que tem como objetivo definir as diretrizes de implantação, concessão e formas de gestão dos projetos de exploração mineral. Enfim, nessa conjuntura, ele tem legitimado as relações do sistema capitalista, e estas relações se encontram marcadas por um regime de acumulação por espoliação/desposseção. Assim, a atuação do Estado brasileiro responde à lógica do Imperialismo internacional, que demanda a produção de semi-elaborados. E também está diretamente relacionado e subordinado a esta predominância da acumulação por espoliação, sob o domínio do capital financeiro que incentiva a produção de *commodities*.

O terceiro capítulo, tece considerações e reflexões sobre o problema central do nosso trabalho, que é tentar compreender se o projeto ALPA reforça ou muda o regime de acumulação por espoliação/desposseção. Para isto, descreveremos o que é a ALPA, suas infraestruturas, e os possíveis impactos sócio-territoriais que incidem sobre o projeto de assentamento Belo Vale. Mostraremos, também, um pouco da dinâmica do PA Belo vale, identificando algumas contradições a partir da impressão dos moradores, sistematizadas através de entrevistas feitas para o lançamento de um diagnóstico do assentamento.

E, por fim, a partir da contradição entre as premissas destes atores sociais, (ALPA x Belo Vale) mostraremos que os grandes projetos de mineração, sejam eles voltados para a simples produção de *commodities*, seja para estimular a cadeia produtiva do minério (através das siderúrgicas), possuem algo em comum: a lógica da acumulação por espoliação/desposseção. Isto é visível a partir do processo de expropriação dos camponeses que, com o advento destes empreendimentos, são forçados a sair do seu

território. Nesse sentido, os Grandes Projetos da Amazônia promovem um profundo reordenamento territorial, e, portanto desconsideram os sujeitos que aqui vivem, com seu modo de vida e de reprodução social e cultural.

2. CAPÍTULO I - DA DINÂMICA DO CAPITALISMO À ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE

Este capítulo objetiva discutir o surgimento e a dinâmica do modo de produção capitalista. Para esta análise será utilizado como referencial teórico o pensamento de Immanuel Wallerstein, expresso em sua obra *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. O referido autor emprega o termo “Capitalismo Histórico” para descrever este complexo sistema social, dando ênfase a sua formação e desenvolvimento numa perspectiva histórica.

Serão discutidos, também, outros elementos do capitalismo histórico, como por exemplo: as crises e suas principais causas e efeitos negativos sobre a classe trabalhadora, o deslocamento do capital no espaço como estratégia de fuga e as crises de sobreacumulação. A dinâmica do capitalismo cuja a lógica é marcada pela acumulação por espoliação/despossessão.

Outra discussão que deve ser feita neste capítulo é que o Brasil possui um capitalismo que é extremamente dependente em relação as economias centrais. Mostraremos como alguns autores questionam o fato de o nosso país possuir um enorme potencial de crescimento, mas porém não conseguir superar a condição de subdesenvolvimento. Para vários pensadores é unanimidade afirmar que a causa deste problema está na relação de dependência ao qual o Brasil se encontra submetido.

2.1 DINÂMICA DO CAPITALISMO HISTÓRICO

Wallerstein (2001, p. 13) afirma que “o Capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico”, o que significa dizer que para entender suas origens é necessário que compreendamos como, ao longo do tempo, a junção de diversos elementos puderam ter dado luz a este sistema. Para isso, é necessário entender o que diferencia o capitalismo histórico de outros sistemas sociais.

O grande diferencial desse sistema histórico está na produção do capital e nas dimensões que este tomou dentro do capitalismo. No decorrer da história, o capital foi riqueza acumulada produzida pelo homem através do trabalho, mas apenas com o objetivo de suprir suas necessidades essenciais. Com o surgimento do capitalismo histórico, o capital toma outras dimensões, sendo que uma delas é a acumulação. No sentido posto:

Algo distingue o sistema social que estamos chamando capitalismo histórico; nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é Capital na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa (WALLERSTEIN, 2001, p. 13).

Com base no exceto supracitado, é possível dizer que a diferença entre outros sistemas sociais e o capitalismo histórico se assenta no fato de que o último passa a possuir um caráter acumulativo, cujo lema fundamental é investir capital para que se possa acumular mais capital. Com essa lógica de acumulação, o capitalismo histórico vai interferir nas relações de trabalho, provocando a proletarização dos trabalhadores e mercantilizando cada vez mais os processos sociais. Ratificando tal afirmação, Wallerstein (2001, p. 15) assevera que “o desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo”. Fica claro, portanto, que a proletarização e a mercantilização são processos chaves para a compreensão do capitalismo histórico.

O fenômeno da proletarização da classe trabalhadora se explica pela centralidade do trabalho e o significado que este possui em cada sistema social. Nos sistemas anteriores, o trabalho era considerado fixo, ou seja, realizado por um indivíduo ou seu grupo domiciliar. Neste contexto, o trabalho era utilizado para produzir bens e mercadorias apenas para suprir as necessidades humanas.

O capitalismo histórico cria uma economia-mundo centrada na acumulação de capital e na crescente mercantilização das relações, cujo objetivo é a transformação de tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho- tendo em vista que a sua exploração é condição fundamental para que esta acumulação se materialize. A partir daí pode-se asseverar que o fenômeno da proletarização se dá quando o capitalismo transforma a força de trabalho em mercadoria.

Analisando historicamente o capitalismo, conforme o pensamento Wallersteiniano, é importante frisar que a proletarização não se deu da mesma forma na

economia-mundo, pois houve uma hierarquização nas relações de trabalho, onde no centro a proletarização foi mais forte e na periferia esse nível foi bem menor. Essa desigualdade geográfica ajuda a explicar, segundo este autor, porque os lucros dos capitalistas nestas últimas regiões são bem maiores:

O trabalho não assalariado, tirado das unidades domiciliares semiproletárias permitia que alguns produtores diminuíssem a remuneração da força de trabalho, reduzindo assim o custo de produção e aumentando a margem de lucro (WALLERSTEIN, 2001, p. 26).

Além do fenômeno da proletarização, típica deste sistema histórico, pode-se dizer que a formação do capitalismo histórico provoca o surgimento de uma economia-mundo voltada para a acumulação de capital e articulada em torno de cadeias mercantis hierarquicamente organizadas.

No caso da mercantilização, podemos entendê-la de forma que compreendamos primeiramente a mercadoria. Para que um produto ou matéria prima se torne uma mercadoria, é necessário dispêndio de trabalho humano em sua confecção; em seguida, este produto precisa ser útil ao seu produtor e a outras pessoas. Parte-se, então, da premissa de que a mercadoria é dotada da capacidade de suprir necessidades humanas, mas ela possui também a capacidade de ser um produto comercializável ou vendável. Assim, a mercadoria possui não só um valor de uso, mas por ter também essa capacidade de ser trocada, ela passa a ter um valor de troca. Por priorizar o valor de troca é que o capitalismo histórico transforma tudo em mercadoria, desconsiderando, muitas vezes, o fato de se a mercadoria vai ou não suprir uma necessidade. É neste processo que a força de trabalho humana se converte em mercadoria, isto é, torna-se vendável. Deste modo, o capitalismo histórico é um sistema que transforma tudo em mercadoria.

Podemos, então, dizer que nos sistemas anteriores ao capitalismo histórico, não havia uma mercantilização extrema tal qual a que se apresenta nos momentos históricos seguintes. Isso porque havia alguns elementos essenciais (mão de obra, consumidores, mercado consolidado, por exemplo) que não tinham sido transformados em mercadoria, ou então essa transformação ainda era incipiente. Ou seja, “o capitalismo histórico incluiu uma ampla mercantilização de processos - não só os de troca, mas também os de produção e de investimento - antes conduzidos por vias não mercantis” (WALLERSTEIN, 2001, p. 15).

A mercantilização dos processos sociais acaba fazendo com que os processos produtivos também se organizem através de uma longa e complexa cadeia, cujo objetivo é a produção, circulação e a venda dos produtos. Fixada entre produtores intermediários, os quais viabilizam a produção para que esta chegue ao consumo final, os processos nas cadeias mercantis não são tão simples, e por isso Wallerstein (2001) chama a atenção para o fato de que precisamos nos livrar da ideia de que só fazem parte do mercado o produtor inicial e o consumidor final. Para tanto Wallerstein (2001, p. 27) analisa que:

A maioria das transações envolveu trocas entre dois produtores intermediários situados no interior de uma longa cadeia mercantil. O comprador estava comprando um insumo para seu processo de produção. O vendedor estava vendendo um produto semi-acabado (Não destinado ao uso final do consumo individual direto).

Por outro lado, as cadeias mercantis de produção não se organizam de forma aleatória, elas assumem “uma forma centrípeta, onde seus pontos de origem são diversos, porém seus pontos de destino tendem a convergir para poucas áreas, ou seja, elas tendem a se deslocar das periferias da economia-mundo para seus centros ou núcleos” (WALLERSTEIN, 2001 p. 28).

Significa dizer que as cadeias mercantis estão articuladas em torno de um centro que impõe sua lógica sobre a periferia. No sistema-mundo, centro e periferia tem um papel fundamental. O centro comporta o maior nível de acumulação de capital e da produção de bens e dita as regras de mercado. A causa disto está no fato de que ele tem sob seu controle os sistemas produtivos mais avançados: indústrias, tecnologias e mão-de-obra qualificada.

No caso da periferia, esta não tem controle sobre os sistemas produtivos, sendo estes muito escassos e com mão-de-obra pouco qualificada. E é isso que a torna dependente dos grandes centros de poder. Contudo, nem por isso a periferia deixa de ter seu papel na economia-mundo, pois sua tarefa principal, no caso do Brasil, é a de abastecer os grandes centros com a exportação maciça de *commodities*.

Diante desta organização desigual dos sistemas produtivos, surge a seguinte questão: é possível que no capitalismo histórico haja uma mudança nas relações de poder dos centros hegemônicos em relação à periferia? Uma periferia pode sim, um dia, se tornar um centro do capitalismo, o problema é que mudam os centros hegemônicos

do capitalismo, mas sempre haverá posições centrais e periféricas, avançadas e dependentes. Ou seja, a estrutura- que é desigual e contraditória- não muda.

Nesse processo de acumulação de capital com um fim em si mesmo (de mercantilização e proletarização), o capitalismo histórico vai mostrando o quanto é um sistema absurdo, que gera uma minoria de ricos em detrimento de uma enorme massa de despossuídos. Conforme ressalta Wallerstein (2001, p. 38), em nenhum sistema histórico a grande maioria da população viveu tão miseravelmente como neste. Porém, em nenhum sistema histórico estes indivíduos estiveram “tão imbuídos da ideologia autojustificada do progresso”, de modo que fossem tão capazes de manter a crença no sistema.

Quando se fala em ideologia e progresso, é difícil não falar no papel que o Estado tem desempenhado para que o capitalismo histórico tenha perdurado até o momento. Mas este é um tema que será estudado com mais afinco no capítulo II. Porém, não podemos deixar de expor a interessante análise de Immanuel Wallerstein. Até por que o seu pensamento e análise se afinam com a linha de raciocínio que abordará o referido tema mais adiante.

Sabe-se que nenhum sistema se sustenta se não estruturar um corpo de ideias que o justifique e o viabilize social e politicamente. Então, o papel do Estado, como divulgador das ideias do progresso, tem sido fundamental para a continuidade deste modelo. O Estado representa uma criação do próprio capitalismo histórico:

Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político tem sido as estruturas do Estado, cuja própria construção, como vimos foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico. Assim não é por acidente que o controle do poder estatal, a conquista do poder de Estado tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno (WALLERSTEIN, 2001, p. 42).

No que tange ao progresso, são várias as ideias que justificam o desenvolvimento do capitalismo histórico como algo bom para todos os indivíduos. Podemos citar, além do Estado, os meios de comunicação que, na maioria das vezes, pertencem aos grandes capitalistas e têm como função difundir e justificar o modelo atual. A própria ciência moderna e o capitalismo histórico mantém uma aliança estreita (WALLERSTEIN, 2001).

Partindo das explanações feitas até o momento, é possível perceber que o capitalismo, antes de tudo, é um sistema histórico que surge num determinado período,

e cuja característica basilar é a incessante acumulação de capital. Como é centrado em si mesmo, o capitalismo também possui o impulso de mercantilizar as relações sociais em praticamente todos seus âmbitos, ou seja, ele possui a propensão a mercantilização de tudo.

Por outro lado, se realizarmos uma anatomia, por assim dizer, do que tem sido esse sistema, perceberemos que seu desenvolvimento gera uma economia-mundo articulada em torno de cadeias mercantis altamente hierarquizadas. O capitalismo histórico não é um sistema que surge do dia “pra” noite. Ele é fruto de uma junção de elementos primordiais ligados à disponibilidade de mão-de-obra (trabalho), meios de produção (ferramentas, matéria-prima) e um mercado consumidor constituído para completar o processo de acumulação.

É a confluência/articulação entre este conjunto de elementos que permite classificar o capitalismo como um sistema histórico e reprodutor de imensas desigualdades. O tópico a seguir encaminhará a discussão acerca de como o processo de acumulação de capital e a mercantilização das relações sociais em geral, levam o capitalismo à crise. Através de suas próprias contradições o capitalismo provoca o desencadeamento de crises sistêmicas, cujos ajustes oneram, sobretudo, a classe trabalhadora.

2.2 CRISES DO CAPITALISMO HISTÓRICO

A discussão a seguir discorre sobre como a dinâmica do capitalismo, pautada pela busca incessante do lucro a qualquer custo, leva ao desencadeamento de crises neste sistema social. Veremos, de maneira geral, alguns fatores cujos desdobramentos são as crises mundiais. Para lastrear este debate, de um ponto de vista teórico, teremos como referência o pensamento de David Harvey, João Antonio de Paula, Immanuel Wallerstein e Karl Marx.

Ao longo desta análise, procuraremos demonstrar o papel desempenhado pelo Estado liberal no enfrentamento das crises. Este, por sua vez, prioriza o socorro aos bancos e as empresas, possibilitando, assim, a continuidade deste modelo. A partir disto percebe-se, também, que a cada crise do capitalismo as consequências são extremamente negativas a classe trabalhadora, que sofre com o aumento do desemprego

causado por demissões em massa. O trabalho se torna precarizado e a situação fica insustentável.

As crises, de uma maneira geral, podem ocorrer por diversos fatores, porém vamos nos ater em compreender as crises de superprodução e suas causas. Importante frisar que, toda crise, seja de superprodução ou não, é uma construção do capitalismo histórico. Para que a entendamos melhor, é preciso apreender a relação capital x trabalho e o significado desta relação no capitalismo histórico. Na relação entre capital e trabalho surge uma contradição, já que o capitalismo cria duas classes principais, burgueses e proletários, brigando por interesses que são objetivamente antagônicos e inconciliáveis.

Cabe-nos deixar claro que, nos sistemas anteriores ao capitalismo, também existiam classes socialmente divididas. Porém, a diferença está no fato de que, nestes sistemas, a produção do capital não tinha como objetivo basilar a acumulação. E o trabalho ainda não tinha sido transformado em mercadoria. É o capitalismo histórico que muda a relação capital x trabalho e cria uma contradição.

No capitalismo moderno, o patrão luta por mais lucro enquanto o operário luta por melhores salários. Se o primeiro ganha, o último perde. Então, para aumentar o lucro e a acumulação o patrão procura, por um lado, fazer com que o salário real não aumente e, se possível, diminua. Por outro lado, ele (patrão) procura aumentar a produção e as vendas das mercadorias.

A contradição maior está no fato de que a maioria dos consumidores das mercadorias são, justamente, os trabalhadores cujos salários diminuem ou não acompanham o crescimento da oferta de mercadorias. Assim, o consumo não consegue acompanhar a produção. Os estoques de mercadorias aumentam, e é necessário diminuir a produção.

Em outras palavras: o capitalismo tem de manter os lucros, conservando baixos salários e, com isso, destrói a capacidade aquisitiva da qual depende para a realização dos lucros. Salários baixos tornam possíveis altos lucros, mas, ao mesmo tempo, tornam os lucros impossíveis, por que reduzem a procura/consumo de mercadorias por parte dos trabalhadores. Eis aí o cerne da contradição entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho que, por seu turno, acaba levando este sistema às crises de superprodução.

Não obstante, os fatores que antecedem as crises não estão ligados apenas à superprodução. As sucessivas crises são produtos de uma junção de eventos. Autores

como João Antonio de Paula, no texto *Crise Econômica e Reiteração do capitalismo dependente no Brasil*, fazem de forma interessante a análise das crises atuais, tendo como referência as crises já ocorridas, sobretudo, nas décadas de 1929, 1970, 2007 e 2008.

O autor ressalta que a evolução das crises econômicas é a base neoliberal em sua dimensão financeira. Aponta como a financeirização neoliberal se impôs como solução às crises em escala mundial e no Brasil. E, em certo ponto afirma que “o neoliberalismo e a globalização globalitária que o acompanha são as respostas do capital à crise do início dos anos 1970” (PAULA, 2010, p. 20).

Quanto aos fatores que antecedem as crises, o autor, influenciado pelo pensamento de Marx e pela sua teoria da queda da taxa de lucro, afirma que: “A concomitância da superacumulação, superprodução de capital e superespeculação é uma das características que antecedem as crises”, Paula (2010, p. 14). Mas, vejamos o que diz o próprio Marx (1974) apud Paula (2010, p. 288) a respeito de como a queda na taxa de lucro provoca as contradições do sistema, levando-o a crise:

Com a queda da taxa de lucro aumenta o mínimo do capital que tem de estar nas mãos de cada capitalista para o emprego produtivo do trabalho. [...] ao mesmo tempo aumenta a concentração, pois além de certos limites, capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente que capital pequeno com taxa elevada. A certo nível, essa concentração crescente de capital por sua vez acarreta nova queda da taxa de lucro. A massa de pequenos capitais dispersos é assim empurrada para as peripécias da especulação, das manobras fraudulentas com créditos e ações, das crises.

Algo importante a notar é que, para Marx, a especulação é um dos traços característicos da crise, na medida em que expressa a ação do conjunto dos capitais, e em particular do pequeno capital, que tenta a partir da especulação fugir das consequências da queda da taxa de lucro.

Na análise das crises, Paula (2010) constata que a crise de 1929 teve como pivô o movimento especulativo, e ocorreu num contexto onde o capital financeiro estava tomando espaço na economia americana, e isto influenciou o desencadeamento da turbulência que teria iniciado seu ciclo em 1921:

Ao final da década de 1920, nos Estados Unidos, o movimento especulativo estava no auge. As ações da empresa de telecomunicações ATT, que valiam US\$ 179,5 em 1928, atingiram US\$ 304 em 03 de setembro de 1929; no mesmo período as ações da US Steel subiram de US\$ 138,8 para US\$ 216,75.

Entre 1921 e 1929, o endividamento público e privado norte-americano aumentou muito mais que a riqueza nacional. Foram tempos de introdução das chamadas inovações financeiras, com o crescimento das vendas a prazo, com a expansão das companhias de créditos ao consumidor [...] em 1929, o ciclo iniciado em 1921 atingiu o auge (PAULA, 2010, p. 15).

Em 1929, a crise evidenciou-se como sempre no setor mais exposto e envolvido na especulação: a bolsa de valores de Nova York. Portanto, as quedas mais espetaculares e os maiores prejuízos atingiram a própria bolsa de valores e os bancos. Paula (2010, p. 16) confirma esta versão mostrando que “Em 1921 existiam 29 mil bancos no país; em 1933 o número caiu para 12 mil. Entre 1928 e 1933, faliram 11 mil bancos”.

Outra referência neste tema, David Harvey, em seu texto: *O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação*, nos ajuda a compreender o caráter das crises de superprodução. Ele é fundamental, pois analisa, também, como essas crises levam de certa forma os capitalistas a intensificarem a exploração da força de trabalho lançando mão de mecanismos primitivos de acumulação. Tudo isto com objetivos claros: a recuperação da economia capitalista e a estabilização da crise.

Harvey explica que, com a queda da taxa de lucro, o capitalismo desenvolve uma tendência a produzir crises de sobreacumulação. A sobreacumulação, em um determinado espaço, ocorre quando existe um excedente de trabalho ligado a um enorme desemprego, e um excedente de capital, expresso como uma superabundância de mercadorias que precisam de um mercado consumidor. Harvey (2006, p. 95-96) define como se apresenta este fenômeno do seguinte modo:

Estas crises (de sobreacumulação) se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis. Se não produzem desvalorizações sistêmicas (e inclusive a destruição) de capital e de força de trabalho, é necessário que se encontrem maneiras de absorver estes excedentes. A expansão geográfica e a reorganização espacial são opções possíveis.

O exposto acima mostra os principais fatores que caracterizam não só as crises de sobreacumulação, mas, também, a expansão geográfica como uma saída para a absorção dos excedentes criados. Isto mostra que uma das soluções para as crises de sobreacumulação estão nos ajustes espaços temporais. Mas não aprofundaremos este conceito já que devem ser tratados, de forma mais detida, em outro tópico.

As crises do capitalismo histórico servem para que o sistema atualize suas contradições e recomece de forma mais voraz seu ciclo de exploração. Conforme mencionado anteriormente, a crise tem um custo muito caro, sobretudo, para a classe trabalhadora. Nos momentos de crise a ação do Estado é pautada em salvar a economia, os bancos, com o intuito de garantir a continuidade do modelo econômico:

As crises econômicas capitalistas refletem exemplarmente, a cada momento, a totalização e atualização das contradições, ajuste de contas traumático e perverso, que tem permitido ao capital, até aqui, continuar sua dominação, impondo, sobretudo aos trabalhadores, derrotas e sacrifícios (PAULA, 2010, p.09).

A primeira derrota que a crise impõe aos trabalhadores são, decerto, as demissões em massa, já que a crise provoca cortes nos setores produtivos que é de onde se retira a mais-valia. Depois há um golpe nos direitos sociais e trabalhistas que provocam a precarização do trabalho. Em seguida vem a diminuição dos salários e até a desmobilização e a desorganização política da classe. Alguns serviços essenciais e de infraestrutura que são prestados a sociedade também sofrem os efeitos, já que deixam de receber investimentos e acabam sendo prejudicados: educação, saúde, moradia, saneamento básico, dentre tantos outros.

Diante das crises, torna-se evidente que o papel político do Estado tem sido o de intervir injetando dinheiro (socorro financeiro) na economia para que se possa estabilizar a crise e, assim, garantir o mais importante: a lógica da reprodução do capital.

A partir do exposto, pode-se concluir que a dinâmica do capitalismo histórico, com sua lógica de acumulação e transformação de tudo em mercadoria, acaba criando duas classes principais com objetivos específicos e antagônicos entre si. Muda-se a relação capital trabalho, o que, de certa maneira, acaba provocando as grandes crises mundiais. As crises por si só contam com o expressivo e irrestrito apoio Estatal, que garante a sua continuidade mesmo que isso custe caro à classe trabalhadora, que é a mais penalizada.

No próximo tópico, a análise está assente em como a dinâmica do capitalismo tenta fugir das crises através da expansão geográfica, tendo como premissa sua valorização. Ver-se-á que o deslocamento do capital no espaço objetiva não apenas a

valoração, mas a busca de novos mercados e, sobretudo, de novos mecanismos de acumulação que possam explorar a força de trabalho com o menor custo possível.

2.3 O DESLOCAMENTO DO CAPITAL NO ESPAÇO

A abordagem seguinte permite analisar como as crises do capitalismo, em suas diversas modalidades, provocam a mobilidade do capital e da força de trabalho para outros espaços geográficos. Analisar-se-á, também, como este deslocamento serve para sanar desequilíbrios internos do capitalismo e, sobretudo, produzir novos territórios que favoreçam a acumulação de capital.

Esta discussão se faz necessária pela necessidade de entendermos, mais adiante (capítulo seguinte), como no Brasil o capital, tanto nacional quanto internacional, representados aqui pelos grandes projetos de mineração, siderurgia e agronegócio, avançam em busca de recursos naturais. Ocupando áreas e promovendo um reordenamento territorial marcado pela expropriação de comunidades indígenas, ribeirinhos, trabalhadores rurais dentre tanto outros.

Para esta análise nos assentaremos nas contribuições teóricas de David Harvey e Carlos Brandão. Ambos discutem, de forma interessante e crítica, como o capitalismo se constrói através do espaço, e, como, em certo ponto, o espaço serve como instrumento de dominação, já que este sistema social cria uma paisagem física a sua própria imagem e semelhança.

Conforme já sublinhado anteriormente, desde a gênese do capitalismo, o sistema se dinamiza no intuito de alcançar seu objetivo principal: a acumulação de capital. Para tanto, utiliza de formas e estratégias diversas que favorecem a materialização de tais objetivos. O que mais surpreende, nesta discussão, é o fato de que um dos momentos mais propícios para a evolução do capitalismo é quando o sistema vivencia crises de sobreacumulação.

Sabe-se que a sobreacumulação, em um determinado espaço, ocorre quando existe um excedente de trabalho, ligado a um enorme desemprego, e um excedente de capital, expresso como uma superabundância de mercadorias que precisam de um mercado consumidor. Como às vezes os mercados não conseguem superar a expectativa em relação ao consumo do que é produzido, o capital precisa migrar em busca de fontes rentáveis. No sentido posto,

Se existem excedentes de capital e de força de trabalho dentro de um território determinado (como por exemplo, um estado nação) que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados (HARVEY, 2006, p. 99).

Deste modo, Harvey defende a teoria de que, para reverter os quadros de crise, o sistema realiza os “ajustes espaços-temporais”. Este termo se refere ao fato de que tais ajustes funcionam como uma espécie de válvula de escape, ou como forma de aliviar a pressão do excedente de capital em uma determinada região, exportando-o para uma segunda região, onde o desenvolvimento deverá absorvê-los, normalmente acompanhado da construção de infraestruturas que consolidarão espacialmente os investimentos e demandas.

No próximo capítulo deste trabalho veremos, mais detalhadamente, em que consistem essas infraestruturas, e como elas se articulam com os principais programas criados pelos Estados para construí-las (IIRSA, e PAC I e II). Veremos também como são traçadas as políticas de financiamentos para estes programas, cujo principal protagonista é o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

Outro ponto interessante, está no fato de que o capital, no seu deslocamento espacial vai convertendo os espaços já ocupados e transformando-os conforme sua lógica. O capitalismo estimula a proletarianização, transforma tudo em mercadoria, e converte tudo conforme a sua imagem e semelhança:

O capital em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação as quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física a sua própria imagem e semelhança em um momento para depois destruí-lo. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo (Harvey, 2006, p. 99).

Carlos Brandão, no texto *Acumulação Primitiva Permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo*, demonstra que o Brasil desenvolve um tipo de capitalismo dependente, que tem como característica uma constante expansão territorial, cujo principal objetivo é, não somente a sua valorização, mas a exploração da força de trabalho através de mecanismos primitivos de acumulação.

Nesta perspectiva, Carlos Brandão afirma que para intensificar o processo de acumulação de capital as elites brasileiras, evidentemente patrimonialistas e de pensamento colonial, procuram, além da utilização de mecanismos primitivos, expandir seus negócios através do deslocamento espacial e da busca de novas fronteiras. O exceto abaixo ressalta esse processo, esclarecendo como as elites conduzem a dinâmica de migração do capital:

O bloco Histórico que domina o país se alimenta e se reproduz da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de novas fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal, e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante capilaridade e capacidade de interiorização e “saída para dentro” que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias longas e complexas de adição de valor econômico e circuitos mercantis internos vigorosos (BRANDÃO, 2010, p. 55).

De certa forma foi possível, a partir do exposto, perceber como a dinâmica do capitalismo, pautada pela acumulação de capital, provoca as crises de sobreacumulação, que fazem com que o excedente de trabalho e excedente de capital, produzidos pelo sistema, desloque o seu aparato para outros espaços, demandando, também, apoio de infraestruturas. Em todo caso, o capitalismo vai escapando das crises e recomeçando sua base de exploração em outros territórios.

Ficou demonstrado, também, que o caráter extensivo e predatório com que se desenhou a geografia desigual do desenvolvimento capitalista brasileiro, determinou a apropriação contínua de porções territoriais em reestruturação nas frentes de expansão. Apropriação que traz consigo a busca dos lucros através do uso de mecanismos primitivos de acumulação. No tópico a seguir se perceberá que a acumulação primitiva continua e acompanha a migração do capital para áreas jamais habitadas por este sistema, tendo, portanto, caráter permanente.

2.4 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PERMANENTE

A presente abordagem trata, de forma mais detida, do conceito da acumulação primitiva permanente, expresso em *Acumulação Primitiva Permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo*, texto de Carlos Brandão. O referido autor analisa que a acumulação primitiva de capital, conceito cunhado por Karl

Marx, representa a condição para o surgimento do sistema capitalista, e que ela possui caráter de estratégias permanentes, tendo em vista que, atualmente, é muito peculiar identificar relações de trabalho praticadas através de métodos primitivos de acumulação.

Para entendermos melhor o que significa o referido conceito, é necessário que façamos, primeiramente, uma releitura do que de fato foi a acumulação primitiva de capital e qual sua importância para o surgimento do sistema capitalista. Para esta abordagem teremos que retornar aos estudos feitos por Karl Marx acerca deste assunto.

O texto sobre a *Acumulação Primitiva de Capital* encontra-se no capítulo XXIV da obra *O Capital*, de Karl Marx. Neste ensaio, o autor expõe os fatores fundamentais que teriam ocasionado a transição do modo de produção Feudal para o Capitalista. Mas isso não quer dizer que a gênese do modo de produção capitalista tenha se dado em outras partes do globo da mesma forma como se processou na Inglaterra, grande objeto de sua investigação.

Veremos no próximo capítulo que, no Brasil, por exemplo, e especificamente na Amazônia, o processo da acumulação primitiva de capital se dá de forma permanente, mas muito mais complexa. Por aqui, a exploração da força de trabalho se dá de forma servil, escravo e assalariado. Mas o nosso foco será identificar em quais desses casos há a acumulação mediante espoliação/despossessão.

Na análise sobre o segredo da acumulação primitiva, Marx é extremamente claro sobre sua dimensão:

A Chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista [...] A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. (MARX, 1989, p.830).

Por meio da análise histórica da acumulação primitiva de capital, Marx explica a gênese que desencadeou o surgimento do modo de produção capitalista. Diante desse novo cenário, aparecem dois atores principais: de um lado, o capitalista, que é dono dos meios de produção e proprietário de dinheiro, ele aumenta suas riquezas com a compra do trabalho alheio; de outro lado, situa-se o trabalhador, expropriado de seus meios de subsistência, restando-lhe apenas uma alternativa que é vender sua força de trabalho.

Com a desagregação das relações sociais de produção feudais, o trabalho torna-se livre e o trabalhador, agora, está liberto para vender sua força de trabalho. De acordo com Marx: “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 1985, p.831).

Por outro lado, (BRANDÃO, 2010, p. 44) procura tratar deste conceito questionando “se os processos de acumulação primitiva e expropriativa são apenas elementos de uma fase passada na história ou se teriam papel atual e perene, estando inseridos na trajetória normal não excepcional do capitalismo”.

Para tal análise o autor está imbuído das contribuições de pensadores como, Rosdolsky, Rosa Luxemburgo, Lênin e David Harvey. Para estes autores a acumulação primitiva não é um fenômeno que existiu apenas como condição para o surgimento do sistema capitalista. Mas, sim, um mecanismo que tem papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, já que o capitalismo se expande, e é movido por práticas e mecanismos primitivos de acumulação. Portanto, o método atual de acumulação, como define o próprio autor:

Baseia-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. A usura, a predação, a utilização de artimanhas ilícitas, a apropriação e a expropriação, as manobras especulativas [...] o tomar domínio de bens públicos, assenhorar-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo (BRANDÃO, 2010, p.45).

Outro teórico contemporâneo, David Harvey, se destaca por suas análises acerca do processo de acumulação primitiva, classificando-o não como “mecanismos ou expedientes utilizados em tempos pretéritos; ao contrário, a usurpação e a apropriação da propriedade social por uma minoria têm características contínuas ao longo da história deste sistema social” (2006, p. 46).

O autor procura também diferenciar acumulação primitiva de acumulação por espoliação, sendo que a primeira cumpre o papel de abrir as fronteiras ou caminhos, preparar o terreno para a segunda, que tem o objetivo de expropriar os espaços existentes através da rapina e da violência.

Significa dizer que, historicamente, o processo de acumulação primitiva sempre esteve presente possuindo um caráter de estratégias permanentes e não circunstanciais

dentro do sistema capitalista. No próximo tópico, mostraremos que a característica principal da acumulação permanente é a espoliação/despossessão, que ocorre através da violência e da rapinagem.

2.5 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO/DESPOSSESSÃO

A partir do fenômeno descrito por Karl Marx, a acumulação primitiva de capital, alguns autores, conforme já foi dito, procuraram analisar de forma minuciosa estes supostos, e avançar em alguns pontos; neste tópico discutiremos as teorias desenvolvidas por David Harvey e Carlos Brandão acerca deste tema. Ambos, em diferentes contextos classificam a acumulação primitiva de capital como algo permanente dentro do capitalismo, e que lança mão de métodos específicos: a acumulação por espoliação/despossessão.

No texto *O novo Imperialismo: Acumulação por espoliação*, David Harvey mostra que, historicamente, o imperialismo desempenhou um papel importante na aceleração do desenvolvimento do capitalismo a nível global, ao criar riquezas para investimentos e mercados para a produção de excedentes. Nesta perspectiva, o autor procura redefinir o conceito de imperialismo, tendo como diferencial o fato de que este desenvolve mecanismos específicos de acumulação.

Com o domínio do capital financeiro, acompanhado pela grande especulação, o capitalismo, e também o imperialismo, começam a produzir crises de sobreacumulação. E isso anula a tentativa de acumular sobre a reprodução ampliada. Como a prioridade do sistema capitalista é extrair lucros, com o menor custo possível, então ocorre a acumulação mediante espoliação.

A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização (HARVEY, 2006, p. 111).

Sabemos, portanto, que as crises do capitalismo, sobretudo, as de sobreacumulação provocam não só o deslocamento do capital no espaço, mas também desenvolve diferentes formas de exploração da mais-valia, e obriga o sistema a utilizar

métodos específicos de acumulação. Mas o que seria esses métodos primitivos de acumulação, e como funcionam?

São vastas as características da acumulação por espoliação, já que esta revela uma ampla categoria de processos. O segredo da acumulação primitiva está na expropriação, porém a expropriação num sentido amplo supõe “a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade, comum, coletiva, estatal em direitos de propriedade exclusivos” (HARVEY, 2006, p. 109).

Nas discussões seguintes, mostraremos como as famílias de trabalhadores rurais, são expropriadas de suas terras, para dar lugar aos grandes projetos de mineração, que tem como meta a produção de *commodities*, principalmente do minério de ferro o qual tem uma importância estratégica para o Brasil. Veremos também que mesmo com a tentativa de verticalização do minério, através da construção da ALPA (Aços Laminados do Pará), que é o nosso objeto de estudo, essa situação da acumulação por espoliação/desposseção não deve mudar de forma nenhuma.

Retomando o debate, podemos afirmar que a acumulação por espoliação caracteriza-se pela rapina e pela transferência de ativos públicos para o setor privado, ou seja, a entrega dos bens públicos a iniciativa privada. Quanto à desposseção, trata-se de uma política de territorializar espaços, para desterritorializar sujeitos. Atualmente o “Novo Imperialismo” avança sobre os países subdesenvolvidos, despossando camponeses, ribeirinhos, indígenas e quilombolas de suas terras. O que acaba, por outro lado, contribuindo para o processo de proletarianização desses sujeitos.

A partir daí podemos perceber, com base em David Harvey, que o “Novo Imperialismo” tem como características principais não só a expansão, cujo objetivo é o domínio político sobre as riquezas mundiais. Com a incapacidade de acumular através da simples exploração da mais valia, o “novo imperialismo” procura explorar a força de trabalho com mecanismos primitivos de acumulação através da espoliação/desposseção.

A incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante espoliação. Esta, segundo minha conclusão, é a marca do que alguns chamam “O novo Imperialismo” (HARVEY, 2006, p. 96).

Brandão (2010, p. 41) ressalta que esta acumulação (a qual é permanente e não um fenômeno datado da origem do capitalismo) estaria baseada na “apropriabilidade privada extensiva/intensiva do território, na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional”.

Não é por acaso que o autor faz também uma relevante discussão a respeito do caráter expropriador e reapropriador de recursos territoriais existentes no capitalismo brasileiro, mostrando que este cria uma verdadeira máquina de exclusão, mesmo possuindo um enorme potencial de crescimento econômico.

Podemos observar, então, que o modelo de desenvolvimento brasileiro é marcado por uma enorme contradição. A causa disto pode estar no fato de que, na busca por crescimento, o nosso país ocupa posição subalterna na lógica do capitalismo dependente, atendendo, sobretudo as demandas e anseios do capital internacional.

Para Brandão (2010) as elites políticas e econômicas, consideradas patrimonialistas, rentistas e descompromissadas com a nação, tiveram papel fundamental neste processo, já que construíram uma relação de subordinação com os grandes centros do capitalismo, e, portanto, sempre atuaram no sentido de justificar o modelo através da ideia do progresso.

Através do estado burguês, detentor do monopólio legítimo da força, as elites constroem uma política que incentiva a vinda de empresas multinacionais que aqui se instalam e criam, no seu entorno, uma leva de despossuídos os quais vem em busca de uma vida melhor e acabam engrossando os centros urbanos, que gera as favelas.

As empresas multinacionais que aqui se instalam conseguem, em pouco tempo, obter lucros exorbitantes. Obviamente, a causa disso não está só na superexploração do trabalho para a extração da mais valia. Apesar de estas empresas serem consideradas de primeiro mundo (capitalismo avançado) a exploração do trabalho ocorre com mecanismos de “acumulação de natureza primitiva com formas renovadas de acumulação por despossessão/espoliação” (BRANDÃO, 2010, p.41).

Nesta perspectiva, podemos perceber que a dinâmica do capitalismo, pautada pela mercantilização de tudo, proletariza os trabalhadores e intensifica a exploração da força de trabalho, que é a base da produção da riqueza e do lucro dos capitalistas. Com as crises de sobreacumulação, surge a dificuldade de o sistema acumular através da reprodução ampliada. Então, para manter os lucros em níveis elevados, o capitalismo utiliza-se de mecanismos primitivos de acumulação cujas características são a espoliação /despossessão. Desenvolveremos, no tópico a seguir, as duas características

centrais da acumulação de capital: sua natureza intensiva e a extensiva. Tais características se enquadram bem à realidade brasileira.

2.6 ACUMULAÇÃO INTENSIVA E EXTENSIVA

As características da acumulação de capital no Brasil se dão de forma intensiva e extensiva, cuja lógica econômica é a da valorização fácil e rápida e de natureza imediatista, rentista que se estabelece na estrutura genética do capitalismo ao articular as várias frações do capital nacional e internacional.

A dinâmica do capitalismo brasileiro opera sobre uma plataforma territorial econômica que funciona através da lógica mercantil parasitária e financeira, o que acaba provocando o descompromisso com um projeto nacional de desenvolvimento, gerando, assim, verdadeiras máquinas de produção de múltiplas desigualdades.

Portanto, se formos traçar um panorama do desenvolvimento capitalista brasileiro e, ao mesmo tempo, mostrar suas especificidades, veremos que existe uma enorme contradição no que diz respeito ao fato de termos um vasto potencial de crescimento, dispondo de consideráveis montantes de recursos (minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários), porém, sem possibilidade de maior homogeneização social ou regional, que proporcione o acesso da população em geral a direitos fundamentais como a saúde, educação moradia e saneamento (BRANDÃO, 2010).

Vejamos, inicialmente e em poucas palavras, como este autor define, de forma objetiva, a contradição de o Brasil ter um forte potencial de crescimento, mas não conseguir distribuir renda de forma equânime à população.

O Brasil é uma mera e enorme plataforma territorial econômica, que conjuga alta e fácil valorização para capitais mercantis e financeirizados, com provavelmente a maior máquina de exclusão, esterilização de excedente social, depredação cultural, desfiliação degradação ambiental e predação de pessoas e espaços geográficos do planeta (BRANDÃO, p. 39).

Outro ponto central da análise de Brandão (2010) diz respeito à trajetória contemporânea de inserção do Brasil na dinâmica capitalista, pautada pela combinação contraditória entre acumulação intensiva (via aceleração do tempo de rotação do capital, ganhos de produtividade e intensificação do trabalho), e acumulação extensiva (via expansão das fronteiras de acumulação e expropriação de recursos comunais).

Na acumulação intensiva, há uma busca incessante do capitalista em acelerar a circulação do capital para que se ganhe sempre mais. Isto pode ser feito através do investimento em capital constante, ou seja, nas forças produtivas- tecnologias no geral, máquinas- e produtos de última geração para que possam contribuir no aumento da produção, e, é claro, dos lucros. Por último, temos a intensificação e superexploração do trabalho, através da mais-valia (absoluta e relativa) fundamental para a realização dos lucros, e também uma forma de o capitalista explorar força de trabalho com menor custo.

Na acumulação extensiva, o capital migra em busca de novos espaços, expropriando e se apossando de territórios, recursos e gozando de incentivos concedidos pelo Estado, como isenção fiscal, subsídios, mão de obra barata etc. Isto sem falar nas dinâmicas especulativas no campo financeiro e imobiliário, que tem levado a uma desestruturação das cadeias produtivas industriais; a inserção crescente de novos territórios nos fluxos internacionais de acumulação associados à desestabilização de formas de produção relativamente autônomas responsáveis, entre outras questões, pela produção e reprodução da biodiversidade.

Podemos, portanto, concluir que a acumulação intensiva e extensiva se constitui enquanto marca registrada do capitalismo brasileiro, pautada, por um lado, pela intensificação da acumulação de capital, através de uma reprodução ampliada e da superexploração da mais-valia. E, por outro lado, pelo processo expansivo do capitalismo, que a cada dia territorializa mais espaços.

Neste processo de acumulação intensiva e extensiva é que o Brasil, através de estratégias de crescimento vai impondo uma lógica de desenvolvimento que gera uma massa pobre e sem garantias de acesso a elementos básicos como moradia, água, saneamento etc. Isto, por si só, não está ligado apenas ao modo de acumulação brasileiro, mas, na relação de dependência a que o Brasil está submetido. Significa dizer que, na relação de dependência, à medida que o Brasil se desenvolve “As estruturas socioeconômicas de exploração e marginalização continuam a se fortalecer, a superexploração do trabalho e a destruição ambiental persistem e se sofisticam” (BRANDÃO, 2010, p. 63).

2.7 O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

Na análise do texto *Crise Econômica e Reiteração do Capitalismo Dependente no Brasil*, João Antônio de Paula levanta uma questão relevante sobre o porquê de nosso país ter um enorme potencial de crescimento econômico, porém não conseguir superar a condição de subdesenvolvido. Algumas respostas apontam para o fato de que o Brasil, assim como outros países da América Latina, estarem presos a uma relação de dependência e subordinação em relação aos países desenvolvidos.

Para uma melhor compreensão do fenômeno descrito acima, utilizaremos como aporte teórico a Teoria da Dependência. Mas, para alcançarmos o nosso objetivo, é necessário que façamos antes uma breve discussão acerca do que é esta teoria e suas principais teses. A Teoria da Dependência explica a incapacidade de países do terceiro mundo (não industrializados) de se desenvolverem, economicamente, apesar de investimentos de países industrializados.

Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, acreditava-se, nos países capitalistas industriais como Grã-Bretanha e Estados Unidos, que a única regra para que os países de terceiro mundo se desenvolvessem, econômica e socialmente, era a modernização, ou seja, a partir da infusão de tecnologias, indústrias etc. Mas vimos que, na realidade, à medida que o capitalismo avança sobre os países de terceiro mundo, com seu discurso de modernização, o que se vê, por um lado, é uma crescente acumulação de riquezas protagonizada por uma minoria e, por outro, uma imensa maioria de trabalhadores em condições de miséria e privado de direitos para a sobrevivência humana.

Neste contexto, a Teoria da Dependência surge como resposta crítica a incapacidade da tese de modernização de produzir mais do que sucessos dispersos. O argumento central da teoria da dependência é o de que o sistema econômico mundial tem caráter altamente desigual na distribuição de poder e recursos, e que coloca a maioria das nações em uma posição dependente em relação às potências industriais.

Essa dependência limita o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, porque determina que quaisquer infusões de tecnologias e outros investimentos semelhantes sejam feitos de maneira que assegurem a continuidade da dominação dos países ricos. Quando empresas transnacionais como a Vale, por exemplo, se instalam em países do terceiro mundo (Brasil, Moçambique, Chile), para exploração de minerais voltados, sobretudo, para o mercado externo, geralmente os lucros desta produção costumam ser transferidos para os países centrais e não são reinvestidos nos países explorados.

E isso acaba transformando a economia brasileira não só numa economia dependente dos países desenvolvidos, mas também acaba definindo o papel desta na divisão internacional do Trabalho. Os países de capitalismo dependente têm como função principal produzir alimentos para a população urbana dos países centrais e fornecer *commodities* para as grandes indústrias europeias e, agora, asiáticas.

Para Paula (2010), na relação de dependência o capitalismo brasileiro possui uma dinâmica capaz de apresentar um forte crescimento e, inclusive, de estar preparado para o enfrentamento das crises, mas nem por isso deixa de ocupar a posição de subdesenvolvido.

O Brasil Possui um capitalismo capaz de crescer, sem duvidas, mas estruturalmente incapaz de superar o subdesenvolvimento, na medida em que isso significa transformações estruturais, transformações que passam pela radical distribuição de renda e da riqueza, não podem omitir a necessidade de uma igualmente radical reivindicação de sustentabilidade ambiental, de valorização da diversidade cultural, de abolição de todas as formas de opressão, objetivos que colidem diretamente com a ordem capitalista, sujeito beneficiário desta forma de dominação social (PAULA, p. 13).

Mesmo com um capitalismo dependente, o Brasil se apresenta como um dos setores econômicos mais dinâmicos, com destaque para a área da mineração e o Agronegócio. Contudo, a sua produção é voltada principalmente para o mercado externo. Como mero produtor de *commodities*, o nosso país acirra ainda mais sua condição de dependente e, por essa condição, fica ainda mais distante de chegar a ser um país desenvolvido, economicamente, socialmente.

É preciso deixar claro que suspeitamos da tese nacional-desenvolvimentista de que a industrialização representa a salvação para a nossa nação. Industrialização não é sinônimo de distribuição de renda para todos. Mas, afinal, qual a saída para que o Brasil supere a condição de subdesenvolvido?

Para responder a esta pergunta e caminhar em busca de algo que possa superar esta situação, João Antônio de Paula, recorre ao pensamento de alguns dos principais intelectuais brasileiros, que estudaram a fundo o capitalismo do Brasil e sua relação com a economia mundial. Dentre eles, podemos citar Celso Furtado e Florestan Fernandes.

Celso Furtado, influenciado pelo pensamento Cepalino, observa que o crescimento econômico de um país como o Brasil nem sempre altera sua condição de subdesenvolvido, e afirma que se trata de um problema estrutural da dinâmica socioeconômica, que só pode ser superado ante a mobilização de forças políticas e

sociais passíveis de alterar essa estrutura. Conforme definição de Celso Furtado (1998) apud Paula (2010, p. 36):

A superação do Subdesenvolvimento não se daria do impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas [...] daí que eu me haja empenhado em elaborar uma técnica de planejamento econômico que viabilizasse com mínimo custo social a superação do subdesenvolvimento. Essa técnica objetivava modificar estruturas bloqueadoras da dinâmica socio-econômica, tais como o latifundismo, o corporativismo, a canalização inadequada de poupança, o desperdício desta em formas abusivas de consumo e sua drenagem para o exterior.

Podemos perceber que o autor aponta algumas dinâmicas socioeconômicas consideradas como entraves à superação do subdesenvolvimento, tais como o latifúndio e práticas corporativistas. E estas seriam superadas mediante mobilizações de forças políticas e sociais capazes de alterar estas estruturas.

Outro importante pensador brasileiro, Florestan Fernandes, é bastante taxativo ao afirmar que a razão pela qual ainda há uma remitante permanência da condição de subdesenvolvimento no capitalismo brasileiro está no fato de que “não há como superar a condição dependente, periférica, subdesenvolvida do capitalismo sem superar o capitalismo” (FERNANDES, 2010, p. 37).

É inegável que, historicamente, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil sempre esteve subordinado à economia mundial. O discurso liberal dos grandes países capitalistas é o de que, a condição para que os países de terceiro mundo se desenvolvam é o investimento na modernização. Entretanto, mesmo com essa modernização, o Brasil de fato não conseguiu superar o subdesenvolvimento, o que nos leva a crer que a causa fundamental do subdesenvolvimento é justamente a dependência econômica a qual o Brasil está submetido.

Portanto, é muito difícil pensar o capitalismo dependente dos países periféricos em relação aos países centrais, sem pensar em como a dinâmica capitalista influencia estes processos. Por isso, é preciso ter lucidez a respeito de que os grandes problemas da humanidade são intrínsecos ao próprio capitalismo histórico, que divide a sociedade em classes sociais, gerando uma minoria de ricos em detrimento de uma maioria de pobres e miseráveis. Sendo, portanto, impossível superar esta dura realidade, sem superar o próprio modo de produção, conforme ressalta Fernandes (2010).

A título de síntese, e para encaminharmos a abordagem seguinte, tentamos apresentar, até agora, um leque de discussões mais gerais sobre a dinâmica do capitalismo, encarando-o como um sistema construído historicamente, através, sobretudo, da exploração do trabalho humano. Tentamos mostrar como o capitalismo histórico impulsiona e mercantilizar os processos e as relações sociais, transformando tudo em mercadoria. E isso para atender um objetivo principal: a acumulação de capital.

Vimos que além de dividir a sociedade em classes, o capitalismo histórico cria um sistema mundo, articulado a cadeias mercantis e de poder altamente hierarquizadas: divide o mundo entre centro e periferia, onde os papéis são bastante definidos e específicos. Quanto às relações de trabalho neste sistema, percebemos que os níveis de proletarização são bem maiores nos grandes centros, onde o capitalismo é mais desenvolvido em contraposição às periferias.

Procurou-se salientar, também, que o capitalismo histórico possui uma natureza contraditória, decorrente da sua lógica de acumulação, e que essa natureza acaba provocando as crises mundiais. Para evitar ou adiar a crise, o capital por vezes migra para outros espaços geográficos, mas isso não resolve o problema. A crise serve como um “purgante” para o capitalismo, a fim de que atualize suas contradições e recomece novamente a exploração.

Quando a tentativa de acumular através da reprodução ampliada não obedece à expectativa do capitalista, o sistema lança mão de acumular através de mecanismos primitivos mediante espoliação/despossessão, ou seja, através do roubo da rapina e da expropriação de sujeitos. A acumulação por espoliação/despossessão esta muito presente nas relações de acumulação brasileiras.

Neste contexto, salientou-se que o Brasil possui um enorme potencial de crescimento econômico, ocupando o posto de 6º economia do mundo, mas não conseguir superar a condição de país subdesenvolvido. Para nós, a causa deste problema esta nas relações de dependência a qual o capitalismo brasileiro esta submetido. O Brasil é um país que sustenta o seu PIB e a balança comercial através da exportação de produtos primários. E o principal produto exportado é o minério de ferro, sendo a mineração o carro chefe que movimenta o rol da exportação brasileira.

A discussão que se desdobrará nas próximas linhas pretende tecer considerações e análises a cerca do Estado, e da relação que ele possui com a acumulação capitalista na Amazônia.

3. CAPITULO II - O ESTADO COMO ALIADO DOS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA.

Sabe-se que é complexa a missão de discutir sobre o desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia, e sua importância no cenário nacional e internacional, sem antes tratar o papel que o Estado tem desempenhado nestes processos. Portanto, para compreender a dinâmica amazônica, é de fundamental importância que analisemos as investidas feitas pelo Estado brasileiro, desde a ditadura militar, com a pretensão de alavancar o dito “Desenvolvimento” e o “Progresso” da região em destaque.

É nessa perspectiva que esta análise se desenvolverá. Para isto, primeiramente, trataremos conceitualmente o tema do Estado. Tudo isto possibilitará a desmistificação daquela ideia Marxista “Vulgar”, de que o Estado é um objeto que algum grupo ou classe econômica toma posse e o coloca estritamente a serviço de seus interesses. Por outro lado, não dá pra ser ingênuo a ponto de acreditar nas premissas liberais de achar que ele está a serviço do bem comum, que é neutro, ou que preza pela garantia da igualdade de direitos de todos os indivíduos.

Após isto, mais especificamente, demonstraremos a intervenção do Estado e dos governos em nível de Amazônia: seus investimentos em mega projetos e suas relações com os conglomerados econômicos. Apesar de o Estado não estar sob a posse da burguesia, há uma estreita relação dos governos com grupos empresariais, que tocam os grandes empreendimentos na nossa região. Ou seja, é com o apoio e o aval da máquina pública (burocracia, leis, órgãos, gestores) que os grupos econômicos, tanto nacionais como internacionais, atuam na exploração da nossa região e de seus recursos naturais.

3.1 O PAPEL DO ESTADO NA AMAZÔNIA

Conforme já discutido à luz das teorias de David Harvey e Carlos Brandão, as relações de trabalho no Brasil e na Amazônia são marcadas pela acumulação mediante espoliação/despossessão.

O texto *Estadolatria e teorias estadocêntricas (notas sobre algumas análises do Estado no capitalismo contemporâneo)* de Atílio Boron discorre, de maneira instigante, sobre as duas principais correntes (Liberal, Marxista ortodoxa) que elaboram uma concepção divergente acerca do papel desempenhado pelo Estado na sociedade.

Boron (1994, p. 249-250) critica a tradição liberal e o marxismo “vulgar” e define as duas concepções, respectivamente, conforme veremos abaixo:

O Estado é tido como o espelho da sociedade, como a expressão de uma ordem social eminentemente consensual e representativa da totalidade da nação é como o mercado neutro em que os indivíduos e grupos intercambiam poder e influência [...] o marxismo vulgar reduz o Estado a uma simples ferramenta perpetuamente controlada, de maneira direta e imediata, pela classe dominante.

Percebe-se, a partir do exceto acima, que ambas as concepções dão a entender que o Estado ocupa posição de passividade neste processo. É como se este fosse um objeto ou “coisa que hoje está em mãos da classe dominante e amanhã pode estar nas mãos do proletariado e ser utilizado para seus próprios projetos” (BORON, 1994, p. 257).

No debate, o autor se coloca numa terceira posição e critica as duas correntes que tratam deste tema. Para ele, a concepção de Estado definida por tais correntes como apenas um pacto de dominação, anula a possibilidade de que haja contradições internas e correlações de forças entre classes distintas dentro do próprio Estado.

O Estado não só é um pacto de dominação mas também um ator político dotado de estruturas organizativas complexas que lhe conferem enormes capacidades potenciais de intervenção na vida social (BORON, 1994, p. 264).

Importante frisar que, apesar de o Estado não estar a serviço da burguesia ou pertencer a ela, isto não significa que a classe burguesa não tenha privilégios dentro deste sistema. Mas os seus privilégios são ocasionados por outros motivos. A questão chave desta discussão está no fato de que o Estado, mesmo não estando exclusivamente a serviço de uma classe específica, reproduz e legitima as relações de produção, ou seja, reproduz o que o capitalismo histórico é. Portanto, daí a necessidade de compreender a “diferenciação entre um Estado burguês e um Estado tomado pela burguesia” (BORON, 1994, p. 257).

Outro importante autor, Gentil Corazza, em um artigo intitulado *Estado e Relações de Produção*, seguindo o mesmo raciocínio de Boron vai definir de forma mais clara e concisa como o Estado reflete as contradições de classe e as ratifica.

A função básica do Estado é a preservação das relações de produção, com todas as suas implicações: manutenção e reprodução de ambas as classes sociais. A classe capitalista enquanto classe dominante; e a classe trabalhadora enquanto classe trabalhadora. O interesse do Estado não é o interesse de uma classe ou outra, mas reside na vigência da relação social desigual e contraditória que as cria e preserva enquanto tal (CORAZZA, 1987, p. 21).

A partir daí fica claro que o Estado não está a serviço de uma classe específica, mas, em contrapartida, ele é fundamental para a legitimação das relações de produção da sociedade capitalista, e das diversas formas de exploração da força de trabalho, para fins de acumulação.

Isto ocorre na Amazônia, assunto sobre o qual discorreremos nas linhas seguintes. Veremos como as estreitas relações de favores recíprocos entre Estado, governo e grupos econômicos tem alavancado um modelo de desenvolvimento primário exportador voltado para o mercado externo. O que beneficia uma minoria de ricos em detrimento de uma maioria de pobres.

Conforme vimos no capítulo anterior, a dinâmica do capitalismo histórico contribuiu para a criação de um sistema - mundo organizado em torno de cadeias mercantis altamente hierarquizadas. Cadeias estas que dividem o mundo entre centros e periferias, onde todos os países possuem uma função específica. O Brasil, enquanto país periférico tem como função primordial abastecer o mercado mundial com as chamadas *commodities*.

Por isso, o papel do Estado na Amazônia deve ser compreendido no contexto deste emaranhado de coisas. No livro *A Amazônia no século XXI: novas formas de Desenvolvimento*, Violeta Refkalefsky Loureiro observa, assim como Carlos Brandão no capítulo anterior, o caráter das elites nacionais e sua relação com o Estado brasileiro:

Outra diferença fundamental [...] é o perfil do Estado Brasileiro e das elites do país. O caráter constitutivo do Brasil tem sido elitista e excludente desde o período colonial e o Estado brasileiro não se alterou substancialmente até os dias atuais. A exclusão das classes pobres e das minorias em benefício das elites tem sido permanente. As alianças históricas entre o Estado e as elites funcionam sob a forma de troca de favores, de modo que as elites oferecem apoio para garantir a governabilidade do Estado, desde que mantido seu formato elitista e excludente; em contrapartida o Estado retribui com favores e vantagens (LOUREIRO, p. 172-173).

Devido a esse descompromisso das elites e do Estado com um projeto de desenvolvimento que contemple toda a nação, é que a Amazônia, desde seu período de ocupação, especificamente incentivada pelos governos militares, tem preservado “uma economia muito dependente do exterior, pouco diversificada, com um mercado externo restrito e uma distribuição de renda altamente concentrada” (LOUREIRO, 2009, p. 167). Ou seja, na Amazônia o Estado tem tido o papel de apenas aceitar o jogo internacional e continuar estimulando a produção de produtos semielaborados.

Loureiro (2009) chama a atenção para o fato de que, no estado do Pará, especificamente, mesmo diante destas problemáticas desenvolvimentistas, os governos tem se empenhado pouco, no sentido de propor um projeto de desenvolvimento regional, ou de exigir que os projetos vigentes deixem benfeitorias para esta região. Isto porque há uma estreita vinculação do Estado com as grandes empresas aqui instaladas, o que reduz a sua capacidade de decisão, sobretudo, quando essas decisões contrariam os interesses dominantes.

Neste contexto, percebe-se que os planos que o Estado tem para a Amazônia são definidos com base nas premissas dos grandes conglomerados econômicos e das grandes empresas multinacionais. Os projetos que aqui se instalam têm como predisposição transformar a Amazônia em uma grande produtora de *commodities* voltadas para o mercado externo. Basta um breve olhar pra ver as grandes empresas ou indústrias que se destacam na produção de ferro, alumínio, Alumina, madeira, celulose (todos considerados produtos primários) na região Amazônica.

A partir do que foi apresentado, compreende-se que o Estado tem como objetivo principal ratificar as relações de produção capitalistas. É preciso atentar para o fato de que estas relações, no período atual, conforme vimos, segundo David Harvey e Carlos Brandão, estão marcadas por um regime de acumulação por espoliação/despossessão. Assim, a atuação do Estado brasileiro responde à lógica do Imperialismo internacional, que demanda a produção de produtos semielaborados. O mesmo está diretamente relacionado e subordinado a esta predominância da acumulação por espoliação sob o domínio do capital financeiro e produtor de *commodities*.

Por outro lado, entendemos que o governo brasileiro tem traçado estratégias, por dentro desse regime de acumulação, justamente para aproveitar a oportunidade aberta pelo aquecimento do mercado de *commodities*- conforme veremos ainda neste capítulo- (sobretudo através do crescimento da China) que tem elevado os preços e garantido

saldos expressivos na balança de exportação, contribuindo para a sustentação da economia nacional e das políticas de desenvolvimento e distribuição de renda.

Em todo caso, o Estado não é algo que pode estar sob a posse da classe dominante ou da classe dominada. Isto porque ele não é um objeto. As relações de produção as quais estamos inseridos é que leva o Estado a se tornar um instrumento legitimador do capitalismo e dos seus métodos primitivos de acumulação.

No âmbito da Amazônia, o Estado está atrelado aos grupos econômicos que definem as diretrizes e as políticas motivadoras dos grandes empreendimentos. Isto é possível graças aos programas de infraestruturas como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que são iniciativas do Estado brasileiro, em interface com outros Estados da América do Sul, para interligar o Brasil e a Amazônia ao mundo, conforme veremos no tópico a seguir.

3.2 PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA VIABILIZAR OS GRANDES PROJETOS

No tópico anterior vimos, com clareza, o papel do Estado e assim o definimos como um instrumento legitimador das relações capitalistas de produção. A partir daí pautamos o sistema capitalista, no caso brasileiro, como um sistema de exploração específico, que lança mão de mecanismos ou métodos primitivos de acumulação que se dão mediante espoliação/despossessão.

Esta discussão se propõe a demonstrar como o Estado fornece apoio aos empreendimentos capitalistas através de ambiciosos projetos de infraestruturas, como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II).

A IIRSA foi criada em 1º de Setembro de 2000, a partir da cúpula realizada pelos doze presidentes representantes dos países da América do sul. O objetivo é criar projetos de infraestruturas para que estes possam integrar todo o continente através da interconexão física. O apoio técnico financeiro à IIRSA fica por conta do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CAF (Corporação Andina de Fomento)

FONPLATA (Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia da Prata) e desde 2003 pelo BNDES.

As áreas de ação da IIRSA giram em torno de investimentos em Transporte, energia e telecomunicações. Recentemente, a IIRSA tem sido muito questionada em trabalhos de intelectuais como o de Elisângela Soldateli Paim, que no texto *IIRSA: é esta a Integração que nós queremos?* chama a atenção para o tipo de integração nos discursos governamentais e como realmente esta se apresenta:

Uma verdadeira integração física do continente e dos povos da América do Sul deveria objetivar o seu desenvolvimento, e não a expansão dos negócios das grandes corporações mundiais [...] está claro que o objetivo da IIRSA é aumentar as exportações de bens de baixo valor agregado e de elevados custos socioambientais para as comunidades locais (PAIM, 2003, p. 33).

Torna-se evidente que a IIRSA pretende interligar os países da América Latina entre si, através da construção de ferrovias, rodovias, pontes, portos e hidrelétricas. Isto tudo com um interesse único: proporcionar a abertura dos mercados para atender ao interesse das grandes corporações internacionais que pretendem, através da fiança prestada pelo Estado, ter acesso aos recursos naturais, sobretudo, da Amazônia, que atualmente se apresenta, conforme já discutimos anteriormente, como uma moderna produtora de *commodities*.

Outro ponto central apontado pela autora acima mencionada são os impactos socioambientais e territoriais causados pelos projetos, tanto de infraestruturas, quanto de minero-siderurgia. Considerando os pressupostos teóricos discutidos no capítulo I, segundo David Harvey, vimos que o capital, representado aqui pelas grandes empresas e projetos de infraestrutura, possui uma dinâmica de se deslocar pelo espaço geográfico e transformar tudo conforme a sua imagem e semelhança, estimulando a proletarização e transformando tudo em mercadoria.

Retomamos esta ideia para mostrar que os grandes projetos aqui instalados desconsideram costumes, formas de vida e interferem na lógica de trabalho das comunidades locais. Povos, considerados os primeiros ocupantes da região amazônica como ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais e indígenas, que reproduzem sua subsistência através do extrativismo e da produção familiar, são despossosados de suas terras e se veem obrigados a aderirem a um novo regime de trabalho: o assalariado.

Outro grande problema ocorre com as populações que vivem no entorno dos grandes empreendimentos. Estas, por sua vez, sofrem com o passivo ambiental dentre os quais podemos destacar: a poluição dos rios, do ar e a destruição da fauna e da flora. Portanto, é possível dizer que os projetos de infraestrutura e minero-siderurgia promovem um profundo reordenamento territorial, onde a agricultura familiar é substituída por atividades econômicas ligadas ao interesse dos grandes conglomerados econômicos. Tema este merecedor da nossa atenção no III capítulo.

Na perspectiva nacional tem-se o PAC¹ (Programa de Aceleração do Crescimento), que se encontra atualmente na sua segunda fase, sendo a primeira criada em 2007, com uma previsão de investir cerca de R\$ 503 bilhões até 2010. Uma de suas prioridades é o investimento em infraestrutura em áreas como saneamento, transporte, habitação energia e recursos hídricos.

Em 2010 foi lançado o “PAC 2, cuja previsão de investimentos foram orçados em cerca de R\$ 1, 9 trilhão de reais, divididos em vários segmentos tais como transporte, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. São 6 áreas de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para Todos, Transportes e Energia²”.

Percebe-se que apesar da IIRSA e o PAC I e II estarem voltados a espaços geográficos diferentes, estes não podem ser compreendidos isoladamente, mas, sim, como um todo articulado. O PAC se articula como um programa que busca, através, principalmente, de infraestruturas, viabilizar e dar suporte a entrada dos grandes conglomerados econômicos, e assim integrar entre si as regiões dos países.

No caso da IIRSA, o que temos também é um projeto que se lança através da infraestrutura para abrir as fronteiras entre os países da América Latina, estimulando o comércio, e facilitando o acesso às mercadorias que, nas suas várias vertentes, são produzidas principalmente na Amazônia. No texto *Elementos para analisar os Grandes projetos de Infraestruturas na Amazônia*, de Guilherme Carvalho, é feita uma interessante análise dos projetos de infraestruturas na Amazônia, e sua várias facetas, tendo como foco a IIRSA e o PAC.

¹ Informações colhidas no site <http://www.pac.gov.br/>: acesso

² Informações colhidas no site <http://www.pac.gov.br/>: acesso em 20 de outubro de 2012.

IIRSA e PAC procuram construir um sistema logístico integrado, articulando energia, transporte e comunicação. Essa rede logística está em função de garantir a competitividade das empresas que estão instaladas ou que se fixarão na região nos próximos anos [...], ou seja, o objetivo principal é atender os interesses dos setores econômicos com forte vinculação com o mercado internacional; é a pecuária, a produção de agrocombustíveis e de celulose, as indústrias eletrointensivas e as madeiras, por exemplo, os segmentos a serem contemplados pela IIRSA e pelo PAC (CARVALHO, 2011, p. 4).

Outra grande pensadora da Amazônia, Edna Castro, defende em artigo intitulado: *Integração Sul-Americana do IIRSA; visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia*, que as estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia demonstram um claro interesse na exploração dos recursos naturais e dos mercados (2009, p. 107).

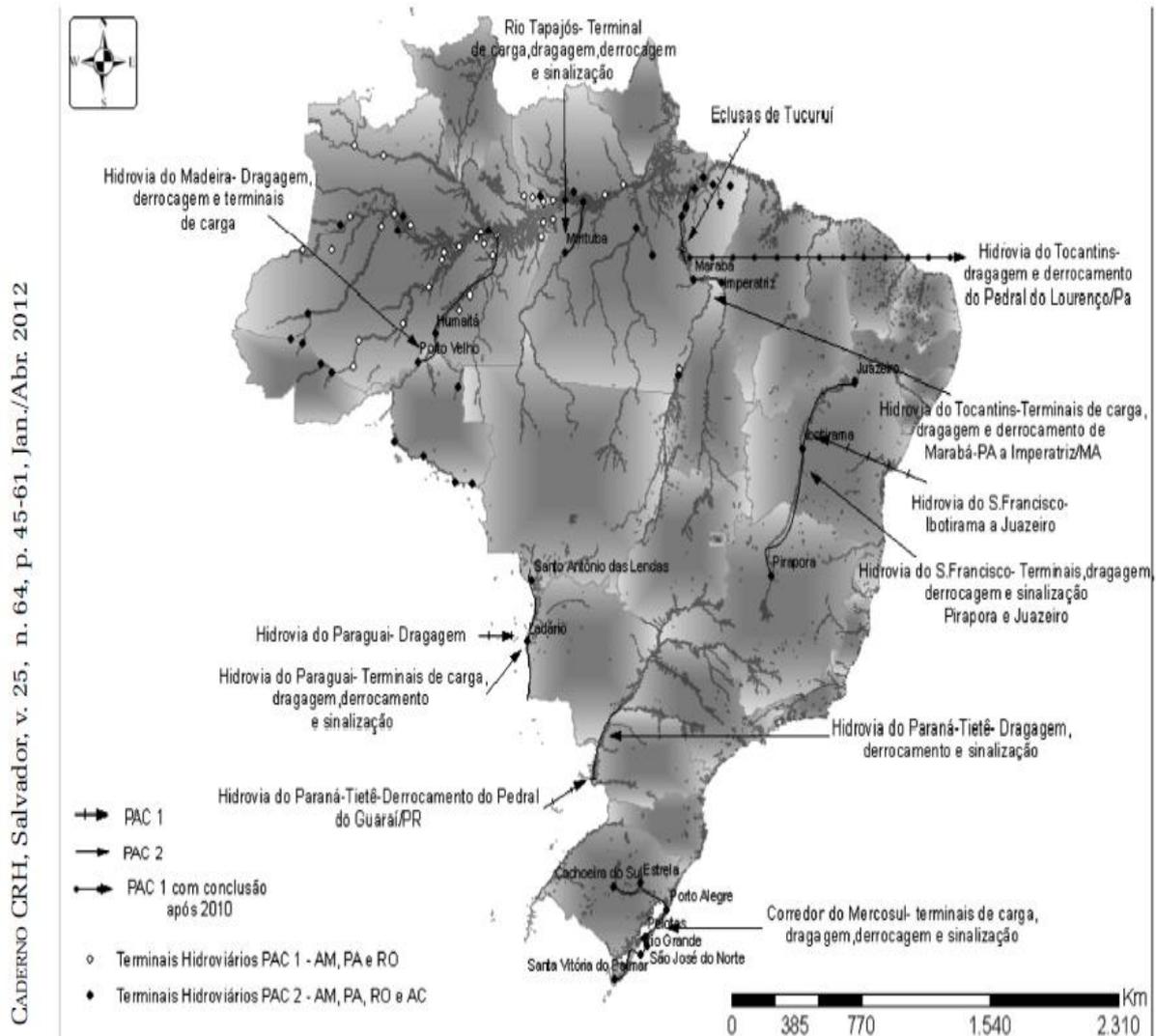
O que fica claro é o fato destes programas demonstrarem que o que está em jogo, e talvez pela primeira vez de forma mais explícita, é a ocupação estratégica da Pan-Amazônia. Por ser uma região privilegiada pela sua floresta tropical, e por ter um rico potencial mineral e hídrico.

Castro (2009, p. 112) faz um histórico da intervenção do Estado que, através de programas, sempre tentou integrar a Amazônia ao mundo globalizado. A política estatal de ocupação para a exploração dos recursos naturais se deu, de forma mais intensa, por volta da década de 70/80 do século XX. Inicialmente, foram feitas obras de aberturas como a Transamazônica, e a Cuiabá-Santarém. Nos sucessivos anos ocorreu a criação do programa grande Carajás, que financiou obras de infraestruturas como a Usina hidrelétrica de Tucuruí e Balbina. E nos anos de 1990 o Plano Brasil em Ação (1996-1999), Avança Brasil (2000-2003), procuraram integrar os oito países com a região amazônica, abrindo os mercados do atlântico ao pacífico. Significa dizer que a IIRSA e o PAC representam uma tentativa de retomar a integração da Amazônia, sendo que as iniciativas neste sentido são antigas.

Castro (2012) vê a IIRSA e o PAC I e II como projetos complementares e com um objetivo comum: o de adotar um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos.

Especificamente sobre o PAC I e II, Castro (2012, p. 48) esclarece que este orienta um modelo de crescimento econômico, e não somente um plano de desenvolvimento *stricto sensu*. Vejamos um interessante dado, que prevê as principais obras de infraestrutura no Brasil, já concluídas ou em andamento.

FIGURA 1 – INVESTIMENTOS DO PAC I E II EM TODO O BRASIL



Fonte: Castro (2012).

O gráfico mostra, com clareza, os investimentos do PAC I e II previstos na área de transporte rodoviário e ferroviário. Observando, em especial, no estado do Pará temos investimentos do PAC nas eclusas de Tucuruí (obra já inaugurada), na hidrovia Araguaia-Tocantins e no terminal de cargas (porto de Marabá). Estes são projetos de infraestruturas fundamentais para a construção da ALPA (Aços Laminados do Pará), que é o nosso objeto de estudo e que abordaremos com mais afinco no III capítulo.

A partir do exposto podemos concluir que a IIRSA e o PAC I e II são programas de infraestrutura dos Estados latino-americanos tendo, sobretudo, o Brasil como vanguarda. Tais programas objetivam cumprir as estratégias capitalistas de garantir às

grandes empresas, nacionais e estrangeiras, o acesso, uso e controle dos recursos naturais da região Amazônica.

Por outro lado, é possível afirmar que os grandes projetos de infraestrutura provocam um profundo reordenamento do território Amazônico. Com a chegada destes, várias comunidades (indígenas, trabalhadores rurais e ribeirinhos) foram e ainda são expropriadas de suas terras. Sem ter como sobreviver, estes povos acabam tendo que vender sua força de trabalho. Isto nos mostra que o movimento do capital nacional e internacional é bastante intenso nesta região, confrontando-se, por vezes, com outros modos de vida locais.

Projetos de infraestrutura como a IIRSA e o PAC I e II não seriam possível sem o financiamento de grandes instituições financeiras nacionais e internacionais como o BID, a CAF, FONPLATA e até o banco Brasileiro BNDES. É nesta perspectiva que, no tópico a seguir, mostraremos como o BNDES tem financiado os grandes projetos, não só de infraestrutura, mas também de outros setores econômicos como a mineração, siderurgia, agronegócio e etc.

3.3 A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA PROJETOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA: O CASO DO BNDES

Discorremos, anteriormente, sobre como o Estado cria programas de infraestruturas, como a IIRSA e o PAC I e II, com o intuito de abrir caminho para que as riquezas amazônicas sejam postas no mercado. Ele concede, também, apoio às grandes corporações para que elas aqui se instalem. Observamos que estes programas infraestruturais provocam enormes impactos sócio-territoriais e ambientais, além de promover um reordenamento territorial na nossa região, que é marcada pela desterritorialização dos vários sujeitos sociais que aqui vivem.

Constatamos que para que os grandes projetos de infraestrutura funcionem ou obtenham êxito, o Estado cria várias instituições financeiras e bancos que possam captar recursos para financiar os grandes empreendimentos.

O tópico a seguir terá como premissa principal investigar, especificamente, o montante de financiamentos concedidos pelo Estado brasileiro através do BNDES a dois grandes setores: o da indústria, focando especificamente o setor mineral, e o de

infraestrutura, com foco de setor de energia elétrica e logística, que são fundamentais para que os projetos tenham viabilidade em nossa região.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é um banco público brasileiro, fundado em 1952 com o objetivo prioritário de financiar empreendimentos no setor industrial, agrícola e de infraestrutura para pequenas e médias empresas, atuando em parceria com a iniciativa privada.

Puga; Junior (2011, p. 02) em estudos sobre as perspectivas de investimentos pelo BNDES no Brasil apontam que, para o período de 2011-2014, os investimentos previstos nos setores da indústria de “petróleo & Gás, extrativa Mineral, siderurgia, química, papel & celulose, veículos eletroeletrônica e têxtil/confecções, somam o montante de R\$ 614 Bilhões”. Vejamos abaixo a tabela de investimentos, classificada por setores:

Tabela 1: Investimentos Mapeados na Indústria 2011 - 2014

Setores	R\$ Bilhões	%
Petróleo e Gás	378	61,5
Extrativa Mineral	62	10,2
Siderurgia	33	5,3
Química	40	6,5
Papel e Celulose	28	4,5
Veículos	33	5,4
Eletroeletrônica	29	4,8
Têxtil e Confecções	12	1,9
Indústria	614	100,0

Fonte: BNDES/ GT do Investimento.

A tabela acima mostra que o grande destaque de investimentos até 2014 são os setores de petróleo e gás, com R\$ 378 bilhões injetados, o que representa 61,5% do total investido pelo banco. O argumento para que este setor esteja no topo dos investimentos pode ser explicado “Pela crescente importância das atividades relacionadas à produção de petróleo na economia, que deverá ser ainda maior com a exploração do Pré-sal” (PUGA; JUNIOR, 2011, p.03).

Na segunda posição de prioridades do BNDES tem-se o setor extrativo mineral, que deverá receber, até 2014, investimentos na ordem de R\$ 62 bilhões, ou seja, 10% do montante disponibilizado. A causa de o setor mineral (no caso da região Amazônica o

minério de ferro) ser uma prioridade para o Estado brasileiro está no fato de que é dele que provem os principais produtos de exportação. Por conta disso, o minério de ferro possui importância estratégica, contando também com o seu baixo custo de produção.

O Minério de ferro é de longe o principal segmento, respondendo por cerca de 85% do valor mapeado. O Brasil se destaca mundialmente neste segmento por conta do baixo custo de produção e logística integrada (PUGA; JUNIOR, 2011, p.4).

Na terceira colocação do rol de investimentos, temos o setor siderúrgico, com apenas 5,3% do investimento total. Daí podemos identificar uma enorme contradição entre mineração e verticalização do minério. O problema é que o Brasil não prioriza uma política que agregue valor a cadeia produtiva do minério. E talvez a raiz desta contradição esteja no fato de que o nosso país aceita o jogo internacional, e cumpre o seu papel de mero exportador de *commodities*. Papel este que é definido pela lógica internacional da acumulação.

Outro setor importante que recebe investimentos do BNDES é o setor de infraestrutura. Este setor, que engloba energia elétrica, telecomunicações, saneamento e logística (rodovias, ferrovias, e portos) possui papel fundamental, pois serve para dar viabilidade aos projetos de mineração e facilitar que a produção interna seja escoada de maneira mais eficiente para atender aos mercados nacionais e internacionais.

A construção de projetos de infraestrutura na região Amazônica é tão importante quanto os próprios projetos de mineração. Isto é tanto verdade que seria impossível pensar o projeto Ferro Carajás, que fica no município de Parauapebas, no estado do Pará, sem pensar na infraestrutura da ferrovia que escoará a produção do minério até o porto de Itaquí no Maranhão. Seria difícil imaginar a implantação da siderúrgica ALPA (Aços Laminados do Pará) em Marabá, sem as infraestruturas necessárias, como as eclusas de Tucuruí, o porto de Marabá, a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a Usina hidrelétrica prevista para a região de Marabá.

É neste sentido que os economistas (PUGA; JUNIOR, 2011, p.02) mostram que “as perspectivas de investimento do BNDES em infraestrutura para o período de 2011-2014, devem alcançar os valores de R\$ 380 bilhões de reais”, conforme nos mostra a tabela abaixo:

TABELA 2- INVESTIMENTOS MAPEADOS NA INFRAESTRUTURA 2011– 2014.

Tabela 1: Investimentos Mapeados na Infraestrutura 2011 - 2014

Setores	R\$ Bilhões	%
Energia Elétrica	139	36,6
Telecom	72	18,8
Saneamento	41	10,7
Logística	129	33,9
Ferrovias	60	15,9
Transp. Rodoviário	51	13,3
Portos	18	4,7
Infraestrutura	380	100,0

Fonte: GT do Investimento. Elaboração APE/BNDES

No setor de infraestrutura, o destaque vai para energia elétrica, que deve receber R\$139 bilhões de reais em investimentos, o que representa 36,6% do total. Para Puga; Junior (2011 p.05) a maior parte destes investimentos vão para as hidrelétricas no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), principalmente para a Usina hidrelétrica de Belo Monte, que responde por cerca de 10% do valor mapeado no setor entre 2011-2014.

Importante frisarmos que o setor de logística, no item ferrovia, é de fundamental importância para a nossa região, já que serve para o escoamento do minério de ferro. Os investimentos em ferrovias respondem por 15,9% do total, o que representa 60 bilhões de reais (REUTERS, 2012).

Não é por acaso que recentemente o BNDES aprovou um financiamento de 3,9 Bilhões de reais para a mineradora Vale realizar investimentos em logística no estado do Maranhão e do Pará (REUTERS, 2012). O financiamento vem no momento em que a Vale está com o projeto de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), cujo objetivo principal é dar viabilidade ao Projeto S11D³. Atualmente a EFC escoia 130 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, e com a duplicação deve-se chegar a 230 milhões de toneladas.

³O Projeto S11D, mais conhecido com projeto Serra Sul, é um projeto de Ferro localizado no município de Canaã dos Carajás. O mesmo encontra-se em fase de implantação e é considerado o maior projeto da Vale, com capacidade nominal estimada em 90 milhões de toneladas por ano.

A partir das exposições pode-se concluir que o Estado continua servindo ao grande capital, através de sua política de financiamentos via BNDES. Estas políticas priorizam a indústria, especificamente os setores de petróleo, gás e o setor extrativo mineral. Priorizam, também, as infraestruturas subsidiadas pelo PAC I e II, como o setor de energia elétrica e logística.

Dai percebemos que os investimentos nos referidos setores não são por acaso. O que a mineração, usinas hidrelétricas e ferrovias têm em comum é que são setores estratégicos para a economia brasileira, os quais são fundamentais na viabilização da exportação de *commodities*. Nesta perspectiva, veremos no tópico a seguir qual a política do governo federal para a mineração e qual sua importância estratégica para o país.

3.4 A MINERAÇÃO NA POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL E A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA

Este tópico terá como intenção principal discutir, a partir das diretrizes traçadas pelo Plano Nacional de Mineração 2030, a política do governo federal para o setor de mineração. No contexto em que a cada dia a mineração de ferro se torna uma atividade indispensável para o país, em termos estratégicos, produzindo uma balança comercial favorável, veremos que a região amazônica, rica em recursos minerais, desperta interesses de todo o mundo.

O Plano Nacional de Mineração 2030 foi lançado em 10 de Novembro de 2010, e apresenta as diretrizes gerais para as áreas de geologia, recursos minerais, mineração e transformação mineral, inclusive metalurgia. Uma característica inovadora que diferencia este plano dos três anteriores- o último de 1994-, é a inclusão da transformação mineral, que é a primeira etapa de industrialização dos minérios.

Quanto aos seus objetivos, o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030) pretende “nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do país nos próximos 20 anos. Tendo em vista que o setor mineral participa com 4,2% do PIB e 20% do total de todas as exportações brasileiras” (PNM, 2010, p. VIII).

Segundo o Governo Federal, o Plano Nacional de Mineração está fundado em três principais diretrizes:

Governança Pública: eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no país no interesse nacional. Agregação de Valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas do setor mineral. Sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva mineral (PNM, 2010, p. VIII).

Em uma das diretrizes o que prende a atenção, pelo menos no discurso, é a preocupação do Governo Federal em agregar valor aos produtos oriundos da mineração, ou seja, garantir que o país se destaque no cenário mundial, não apenas pela exportação de minério de ferro, mas também por uma política que adicione mais valor a este produto.

Diante deste cenário, cabe a seguinte questão: a ALPA representa essa nova fase de tentar industrializar o minério de ferro? Talvez sim, porém nosso foco não é entender o que é melhor, se é verticalizar, industrializar ou não o minério, talvez haja alguns benefícios nisso. O que queremos investigar é se a política de verticalização quebra ou não a lógica do capitalismo de acumular mediante espoliação/despossessão, tema que aprofundaremos no próximo capítulo.

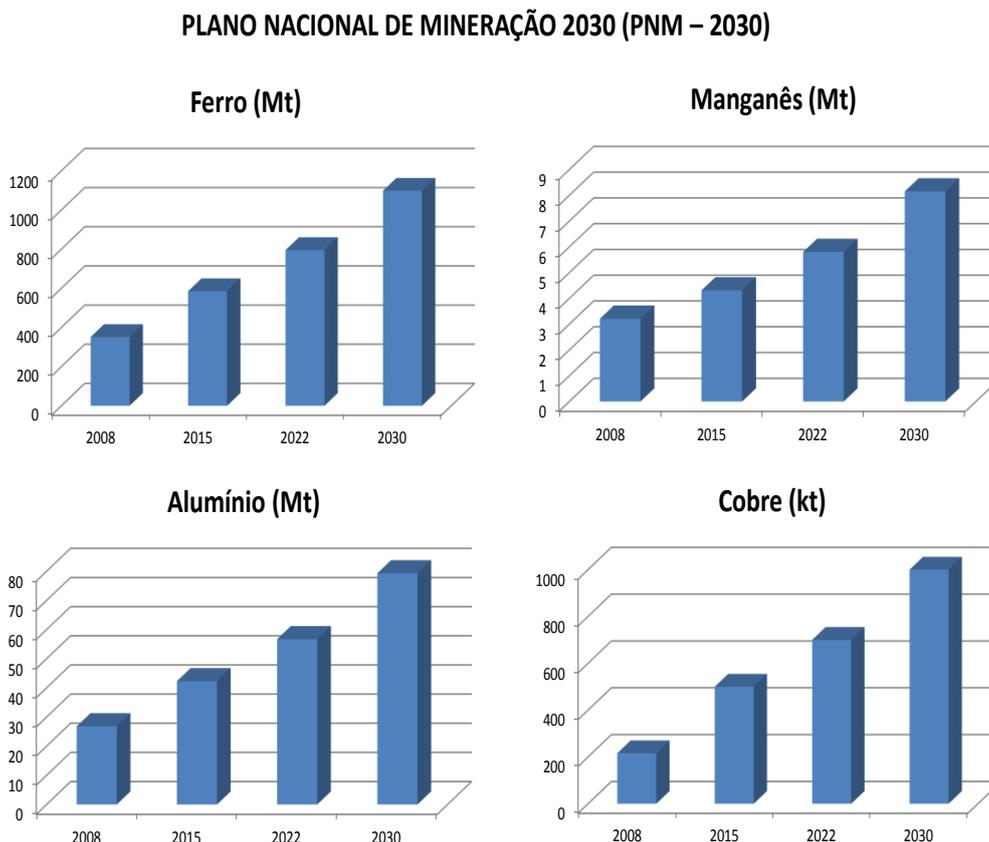
A preocupação do Brasil com o setor minerário é pertinente, tendo em vista que a sua política econômica, está voltada para este setor. Mas é sabido que a exploração minerária na região amazônica consiste na simples retirada do minério, com pouco ou nenhum valor agregado. Isso contribui para que o país se destaque como mero fornecedor de matéria prima, e volte a um processo que os especialistas chamam de reprimarização da economia.

Ao longo da primeira década deste século, o Brasil tem vivenciado um processo que os especialistas chamam de “reprimarização” ou “especialização reversa” de sua pauta de exportações, isto é, com a proeminência de bens primários em detrimento aos bens de média e alta tecnologia. Em 2000, 42% dos bens exportados estavam classificados como *commodities* e bens energéticos, enquanto que os bens de média e alta intensidade tecnológica respondiam por 36%. Em 2008, essas porcentagens passaram para 56% e 27% respectivamente (PNM, 2010, p. 15).

Os dados acima refletem e deixa claro o quanto a economia brasileira tem dedicado sua dinâmica a simples exportação de produtos primários, em detrimento dos produtos de alta tecnologia. E parece que esta tendência deve continuar aumentando, tendo em vista que o Brasil tem apostado no setor mineral como algo determinante para

o aumento da balança comercial. Vejamos no gráfico a seguir a projeção e tendência da produção dos principais minerais no Brasil, e quais os principais produtos.

GRÁFICO 1- PROJEÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS MINERAIS ATÉ 2030



Fonte: PNM (2030).

O gráfico acima faz uma projeção da produção dos quatro principais minerais (Ferro, Manganês, Alumínio e Cobre) que vai de 2008 até 2030. Mas o que queremos chamar a atenção neste ponto é que toda a produção e destaque desses minerais não seriam possíveis sem a região Amazônica, e especificamente o sul e sudeste do Pará, que se destacam no cenário nacional como um dos territórios mais ricos do planeta, tanto em recursos minerais como florestais.

A prova disso é que só na região Sul e sudeste do Pará, atualmente existem mais de 14 projetos implantados ou em fase de implantação. Os projetos se dividem entre 06 municípios dos quais podemos destacar Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte e Floresta do Araguaia. Vejamos na tabela abaixo um diagnóstico dos principais projetos presentes em nossa região.

TABELA 3- PRINCIPAIS PROJETOS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Município	Projeto	Minério Explorado	Empresa	Fase do Projeto
Marabá	Buritirama	Manganês	Mineração Buritirama	Operação
	Projeto Salobo	Cobre	Vale	Implantação
Curionópolis	Projeto Cristalino	Cobre	Vale	Implantação
	Serra Pelada	Ouro	Colossus	Implantação
	Projeto Serra Leste	Ferro	Vale	Implantação
Parauapebas	Projeto Salobo	Cobre	Vale	Implantação
	Projeto Ferro Carajás	Ferro	Vale	Operação
	Projeto Alemão	Cobre	Vale	Implantação
Canaã dos Carajás	Projeto Sossego	Cobre	Vale	Operação
	Projeto 118	Cobre	Vale	Implantação
	Projeto Níquel do vermelho	Níquel	Vale	Implantação
	Projeto S11D	Ferro	Vale	Implantação
Ourilândia do Norte	Projeto Onça	Níquel	Vale	Operação
	Projeto Puma	Níquel	Vale	Implantação
Floresta do Araguaia	Projeto Ferro	Ferro	SIDEPAR	Operação

Fonte: Cepasp (2010).

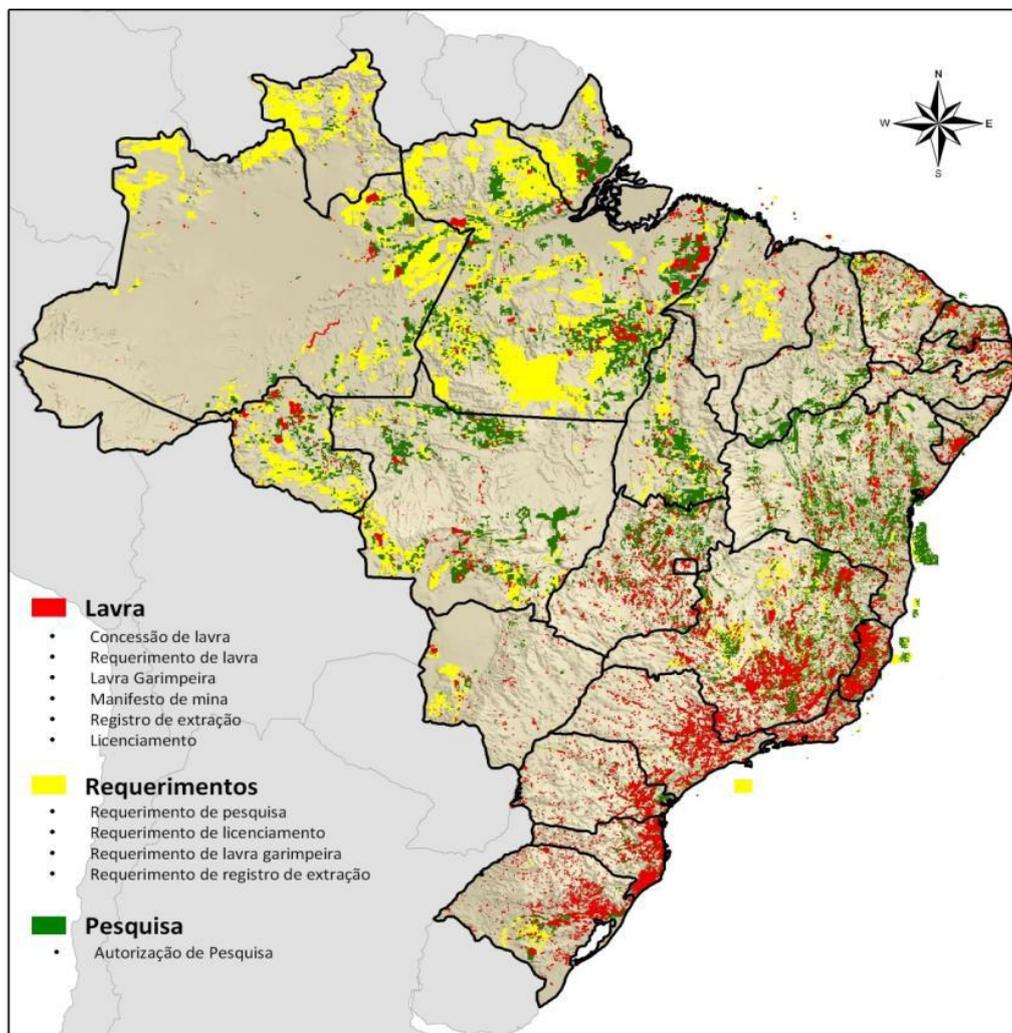
A tabela acima, nos proporciona não só uma dimensão da quantidade de empreendimentos previstos para a região Sul e Sudeste do Pará, mas também deixa evidente o quanto a cada dia a mineração tem sido estratégica para o estado Brasileiro, Que tem a Amazônia como fonte principal de exploração destes recursos naturais.

Portanto há uma forte tendência que, com o irrestrito apoio do Estado, as grandes empresas mineradoras se instalem nesta região em busca de minerais como ferro, cobre,

ouro, manganês, níquel e etc., com o objetivo comum de produzir as *commodities* e exportar para a Europa e Ásia. O minério de ferro produzido hoje pelo Brasil, por exemplo, serve apenas para abastecer países como os Estados Unidos, China e Japão.

Vejam os mais um dado do Plano Nacional de Mineração, produzido pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), referente às concessões de lavra, requerimentos, pesquisa e autorizações para exploração mineral no Brasil:

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS ÁREAS OUTORGADAS PELO DNPM



Fonte: PNM (2030).

Na Distribuição geográfica das áreas outorgadas pelo DNPM, temos a concessão de lavra, requerimentos de pesquisa e autorização de pesquisa. O que se quer ressaltar neste mapa é que os requerimentos para fins de pesquisa, licenciamento, lavra garimpeira e registro de extração, concentram-se, sobretudo, na região norte. O que significa dizer que o número de requerimentos sugere que, na mesma proporção, o número de projetos de mineração devem se intensificar bastante na Amazônia.

A partir do exposto tira-se uma dupla conclusão. A primeira é que o Plano Nacional de Mineração mostra a importância estratégica da mineração para que o Brasil se destaque no mercado mundial como exportador de *commodities*. Sabemos também que há um esforço, porém muito tímido, por parte do Estado brasileiro em tentar investir na verticalização do minério de ferro, como forma de agregar mais valor à produção mineral. Mas isso não é prioridade para o governo.

A segunda questão é que a Amazônia tem tido, e vai ter ainda mais, um papel fundamental e estratégico neste processo. Através dos dados apresentados nas tabelas e mapas, pudemos perceber o potencial amazônico, já que esta possui uma imensa biodiversidade e é rica em recursos minerais e florestais. Por isso, defendemos a tese de que a Amazônia está na mira do capital, devendo se tornar futuramente o centro produtor de *commodities* do país.

É nesta perspectiva que, no tópico a seguir, mostraremos como o Brasil prioriza a produção das modernas *commodities*, tendo a Amazônia como principal fonte. Veremos que a Amazônia é uma fronteira de exploração de recursos naturais, principalmente do minério. Abordaremos também a contradição entre mineração e verticalização, para assim introduzirmos algumas ideias, que devem nortear e responder a nossa problemática, que tem como objeto de estudo a ALPA.

3.5 O FENÔMENO DA REPRIMARIZAÇÃO BRASILEIRA

Atualmente têm surgido constantes debates entre diversos economistas e pensadores, e estes têm sustentado que a dinâmica da economia brasileira tem sofrido um intenso processo de “Desindustrialização”. Ou seja, o país tem investido pouco na indústria de transformação e, por outro lado, tem priorizado bastante os principais

setores produtores de *commodities*, como o agronegócio e a mineração. A consequência disto, segundo os críticos, é que o Brasil acaba reprimarizando a economia e retornando ao velho modelo primário-exportador do período colonial.

Neste tópico o objetivo é investigar de que forma o Brasil vem adotando como prioridade a produção de produtos primários para exportação, contribuindo, assim, para o processo de reprimarização de sua economia. Primeiramente, mostraremos, através de dados, as exportações do Brasil como um todo. Após isto, buscaremos evidenciar as exportações em nível do estado do Pará. Veremos que a mineração vem se tornando o carro chefe das exportações brasileiras e paraenses. Somadas ao agronegócio, que abrange tanto a produção da soja, quanto a criação extensiva de gado, e juntas elas constituem um percentual de cerca de 40% de todas as exportações brasileiras.

Em entrevista a IHU (Instituto Humanitas Unisinos) online, o Professor da Unicamp Wilson Cano defende que desde o plano real, criado em 1994, está em andamento um forte processo de desindustrialização do Brasil. A causa principal está na falta de uma política macroeconômica que favoreça e priorize o setor da Indústria de Transformação⁴.

Para Wilson Cano, em entrevista a Fachin (2012), os grandes Investimentos do Estado brasileiro, financiados através do BNDES, atingem outros setores da indústria conforme veremos abaixo:

Os Investimentos via BNDES se viabilizam, mas pouco afetam a indústria de transformação, ou melhor, eles afetam mais outros campos da atividade econômica do que esse setor da indústria[...] para onde vai o investimento Brasileiro atual? Para agropecuária, Mineração, transporte e energia (FACHIN, 2012, p. 5).

Seguindo o mesmo raciocínio, Reinaldo Gonçalves, no texto intitulado *Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às avessas*, discorre sobre a tese de que a política empreendida, principalmente, pelo governo Lula foi no sentido contrário ao desenvolvimento nacional, e a causa comum é que o governo investiu em setores empresariais não nacionais, e que estão mais ligados a produção de *commodities*.

Confirmando tais arguições, Gonçalves (2011, p.3) assevera que:

⁴Ao falar da indústria de transformação, Wilson Cano se refere ao setor automobilístico, de papel e celulose, química e indústria de aço.

A participação da indústria de transformação no PIB do Brasil reduziu de 18% em 2002 para 16% em 2010. A taxa média anual de crescimento do PIB real é de 4,0% no período 2003-2010. Neste período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da Agropecuária é 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%.

Importante frisar que o Brasil tem investido bastante nos grandes conglomerados econômicos e empresas. Mas os financiamentos vão, na sua maior parte, para empresas que estão ligadas diretamente à produção de produtos primários. Poderíamos citar aqui as 03 maiores empresas do país. Petrobrás, BR distribuidora e Vale. Para Gonçalves (2011, p. 8) “estas empresas tem suas principais atividades nos segmentos de energia, comércio e mineração respectivamente. Ou seja, tem forte relação direta ou indireta com setor primário da economia”.

O Ministério de desenvolvimento, Indústria e comércio exterior, produz o “Anuário Estatístico”, um relatório com dados relacionados ao PIB e a Balança comercial da exportação brasileira. Vejamos os produtos mais exportados pelo Brasil desde 2010:

TABELA 4- PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

28

1.21 - Principais Produtos Exportados - Em US\$ Mil Fob

Discriminação	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)
Minérios de Ferro e Seus Concentrados	28.911.882	14,3	41.817.251	16,3
Óleos Brutos de Petróleo	16.151.047	8,0	21.603.300	8,4
Soja Mesmo Triturada	11.043.000	5,5	16.327.290	6,4
Açúcar de Cana, em Bruto	9.306.851	4,6	11.548.786	4,5
Café Cru em Grão	5.181.628	2,6	7.999.955	3,1
Carnes de Frango Congelada, Fresca ou Refrig. Incl. Miud	5.789.273	2,9	7.063.214	2,8
Farelo e Resíduos da Extração do Óleo de Soja	4.719.373	2,3	5.697.860	2,2
Pasta Química de Madeira	4.750.531	2,4	4.984.784	1,9
Produtos Semimanufaturados, de Ferro ou Aços	2.592.072	1,3	4.636.940	1,8
Automóveis de Passageiros	4.416.527	2,2	4.375.648	1,7
Carne de Bovino Congelada, Fresca ou Resfriada	3.861.061	1,9	4.169.285	1,6
Partes e Peças para Veículos Automóveis e Tratores	3.421.751	1,7	3.981.664	1,6
Aviões	3.972.120	2,0	3.923.954	1,5
Óleos Combustíveis (Óleo Diesel, "Fuel-Oil", etc.)	2.577.514	1,3	3.772.744	1,5
Açúcar Refinado	3.454.832	1,7	3.391.326	1,3
Outros Aviões/Veículos Aéreos	3.036.490	1,5	3.201.026	1,3
Fumo em Folhas e Desperdícios	2.706.732	1,3	2.878.469	1,1
Ferro-Ligas	2.038.964	1,0	2.495.279	1,0
Milho em Grãos	2.716.354	1,3	2.215.550	0,9
Outros Produtos	81.267.284	40,2	99.955.249	39,0
Total Geral	201.915.285	100,0	256.039.575	100,0

Fonte: Secex/SDP

Queremos frisar a importância dos produtos primários para a balança comercial brasileira, com destaque para o setor da mineração, o setor energético e o agronegócio. Mas o grande destaque, conforme já previsto, vai para o minério de ferro, que responde

por 16% de todas as exportações brasileiras. Esses dados nos ajudam a perceber porque o Brasil prioriza a mineração e os demais setores ligados às *commodities*.

Cabe esclarecer que o objetivo deste estudo não é defender a industrialização como forma de salvação da economia brasileira. O principal foco é mostrar que o Brasil vê na atividade minerária a tabua de salvação da economia. Por isso, a mineração é o setor que mais tem recebido prioridades de investimentos.

Não se pode deixar de dizer que o Brasil está submetido, conforme discutido no capítulo I, a um capitalismo que é dependente e que o impede de superar esse problema do desenvolvimento. Isto representa um entrave, também, a superação da posição de mero exportador de matéria prima, que o Brasil ocupa nesta relação centro-periferia.

No caso da Amazônia, e especificamente o estado do Pará, a situação é bem semelhante. O Pará é classificado como o segundo maior produtor de minerais do país, (perdendo apenas pra Minas Gerais). Ele se destaca no cenário nacional por ser um grande produtor de *commodities*.

Mas, ao contrário do Brasil, a Amazônia não está reprimarizando o setor econômico, pois, historicamente, esta sequer saiu do nível de produtora de matérias primas. No livro *A Amazônia no século XX: novas formas de Desenvolvimento*, Violeta Refkalefsky Loureiro, observa que:

Quando se analisa a pauta de exportações da Amazônia constata-se que a condição originária de produtora de matérias primas permanece quase inalterada [...] Na década de 1950 dois produtos constituíam-se nos grandes destaques da pauta de exportação - o Manganês (do Amapá) e a Castanha do Brasil (ou castanha-do-Pará) – que somavam 90% do total exportado da região (LOUREIRO, 2011, p. 62).

O aprendizado que fica, a partir da análise acima, é o de que, apesar da Amazônia ter recebido vários projetos econômicos, com promessas de enormes benefícios para a região, não se viu nenhuma mudança nas forças produtivas, e muito menos no modelo de desenvolvimento que permanece o mesmo. Vejamos um interessante dado sobre os principais produtos exportados pelo estado do Pará.

TABELA 5- PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PARÁ - 2010

Ord	Descrição	2010 (Jan/Dez)		
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido
TOTAL DA ÁREA		12.835.420.476	100,00	93.410.971.786
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS		12.830.042.178	99,96	93.408.189.108
1	MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONC.....	6.900.530.648	53,76	74.349.033.000
2	ALUMINA CALCINADA.....	1.290.617.037	10,06	4.890.906.700
3	ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA.....	898.310.885	7,00	427.957.113
4	OUTROS MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS.....	701.512.526	5,47	381.065.564
5	OUTROS BOVINOS VIVOS.....	618.206.808	4,82	311.966.485
6	FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO <=0.5% D.....	374.904.717	2,92	931.891.543
7	OUTROS MINERIOS DE MANGANES.....	325.837.005	2,54	2.068.085.202
8	CAULIM.....	273.499.710	2,13	2.288.431.131
9	OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONIFERAS.....	236.495.084	1,84	170.829.313
10	PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,.....	231.291.675	1,80	351.400.296
11	BAUXITA NAO CALCINADA (MINERIO DE ALUMINIO).....	174.575.484	1,36	6.560.782.038
12	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS.....	111.038.712	0,87	30.084.294
13	OUTROS SILICIOS.....	85.257.170	0,66	34.770.500
14	PIMENTA "PIPER", SECA.....	80.537.477	0,63	24.191.614
15	OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS.....	66.372.472	0,52	167.839.194
16	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS, E.....	54.589.834	0,43	88.243.034
17	OURO EM BARRAS, FIOS, PERFIS DE SEC. MACICA, BULH.....	49.281.114	0,38	1.247
18	OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS, SERRADAS/CORT.FLS.E.....	38.545.982	0,30	46.852.670
19	OUTRAS ESTRUTURAS FLUTUANTES.....	31.520.701	0,25	12.800.000
20	MADEIRA DE IPE, SERRADA/CORTADA EM FOLHAS, ETC.....	23.721.593	0,18	25.284.799

Fonte: SECEX

Pelo gráfico é possível perceber que o estado do Pará exporta essencialmente produtos primários ou *commodities* (Ferro, Alumínio, Alumina e cobre). Daí a importância estratégica desses minerais para o país. Portanto, a expectativa de investimentos para esta região giram em torno de empreendimentos do setor minerário, energético e pecuário.

No topo da tabela, o destaque vai para a produção do minério de ferro, que possui fartas reservas na região sul e sudeste, conforme já demonstrado. Os dados mostram que, em 2010, o setor mineral respondia por 53,76% de todos os produtos

exportados pelo Pará. Se fizermos um cálculo para entender a intensidade com que as riquezas vão sendo usurpadas, veremos que em 2010 foram exportadas 203.696 mil toneladas de ferro por dia do Pará.

A partir da análise dos dados e pesquisas expostas neste tópico, é possível concluir que a economia brasileira tem sofrido, desde a década de 1990, um processo de desindustrialização ou reprimarização, que representa enormes problemas e desafios, cujos fatores são diversos.

Um dos argumentos centrais para este ponto é o fato de que o Brasil, através do BNDES, tem focado seus investimentos no setor industrial e em empresas que estão ligadas a produção de bens primários. Como é o caso da Vale, Petrobras e RR Distribuidora. As prioridades brasileiras tem se concentrado no setor minerário, agropecuário e energético, em detrimento da indústria de transformação, que possui uma maior incorporação tecnológica.

Portanto, podemos afirmar que tais fatores impedem que o Brasil deixe de ser um país primário-exportador e desenvolva um projeto de desenvolvimento nacional, que possa alcançar um grande nível de industrialização. Isto dificilmente poderá acontecer, tendo em vista que as prioridades da economia brasileira já estão traçadas: a dinâmica é investir nos setores industriais para que estes produzam *commodities* para exportação.

A centralidade deste trabalho se assenta em mostrar que a economia brasileira, com seu viés primário-exportador, cultiva um tipo de capitalismo que se apresenta como um sistema de acumulação por espoliação/desposseção. A partir disto, uma questão se edifica: a política de verticalização, tomando a ALPA como exemplo, inverte ou reforça essa a lógica?

O capítulo seguinte tem como objetivo principal analisar a dinâmica da industrialização da mineração na Amazônia, mostrando quais são seus aspectos positivos e negativos, do ponto de vista territorial, social e ambiental. Focaremos esta análise, sobretudo, a partir dos sujeitos sociais que sofrem os impactos negativos destes empreendimentos. E, por fim, apresentaremos os sujeitos que se beneficiam com esses projetos.

4. CAPITULO III - DISPUTA POR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS: ALPA X BELO VALE.

Neste terceiro e ultimo capítulo será apresentada a tese central, que é entender como o projeto da Aços Laminados do Pará (ALPA), que representa uma tentativa de verticalização do minério, se insere e se articula com a lógica do modo capitalista de produção, e se este tipo de empreendimento muda ou reforça o regime de acumulação mediante espoliação/despossessão.

Antes de começar a delinear esta discussão, é importante traçar um histórico de como se deu o processo de mineração industrial na Amazônia. O objetivo é entender e deixar claro que a ALPA não é um projeto isolado que não possui nenhuma ligação com a dinâmica da mineração. A ALPA é considerada a expansão da terceira fase do distrito industrial de Marabá. Para tornar inteligível esta abordagem, iremos descrever o que é o distrito industrial de Marabá e em que contexto ele surge.

4.1 HISTÓRICO DA MINERAÇÃO INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA

Maurílio de Abreu Monteiro, em artigo intitulado *Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional* discorre sobre os projetos destinados a extração e transformação mineral que se estabeleceram nos últimos 50 anos. Segundo o autor, o primeiro projeto de exploração mineral que viria impulsionar o setor de transformação mineral foi o de manganês na serra do navio, explorado pela empresa ICOMI (Indústria e comércio de Minérios S.A) (MONTEIRO, 2005, p. 143).

No caso específico da região sudeste do Pará, essa tentativa se daria algumas décadas depois, em pleno o regime militar. O estopim foi a descoberta da província mineral de Carajás, em 1967, pela empresa americana Steel Corporation. Anos depois, por volta da década de 1980, foi criado o PGC (programa Grande Carajás) que tinha, dentre tantos objetivos, o de implantar um projeto que pudesse explorar o minério existente na serra dos Carajás.

Foi criado, então, o Projeto Ferro Carajás, um enorme empreendimento que contou com a construção de enormes infraestruturas, tal como descrito abaixo:

Para exploração do Ferro Carajás montou-se uma gigantesca estrutura que abarca, além da company town na serra dos Carajás, minas, instalações de beneficiamento e um pátio de estocagem. Há também as instalações portuárias e a estrada de ferro Carajás, cujos 890 quilômetros de extensão ligam a serra dos Carajás ao terminal marítimo da ponta da madeira, na capital do estado Maranhão (MONTEIRO, 2005, p. 156-157).

Após a construção de todas estas infraestruturas, o projeto Ferro Carajás foi inaugurado no ano de 1985, e se encontra em funcionamento até hoje. No bojo destes projetos, o Estado começou a incentivar empreendimentos que pudessem agregar valor a cadeia produtiva do minério de ferro. A ideia, então, era criar no corredor de Carajás, que vai de Parauapebas ao Maranhão, distritos industriais com o objetivo de beneficiar parte do minério de ferro produzido na Serra dos Carajás, transformando-o em ferro-gusa. Neste contexto, com o apoio do PGC foram criados dois polos guseiros. Um em Açailândia, no Estado do Maranhão, e outro em Marabá, no estado Pará.

Vejamos o que nos diz Raimundo Gomes da Cruz Neto, em artigo intitulado *Siderurgia em Carajás: 20 anos de destruição*. A respeito desse quadro de criação dos distritos industriais localizados ao longo da ferrovia,

O conselho deliberativo do PGC aprovou 22 projetos em diferentes atividades entre os anos de 1984 até 1988. Além dos 22 mais 08 projetos estavam em avaliação. No pacote, a maioria aprovada era para a produção de ferro-gusa e ferro-liga, nos estados do Pará e Maranhão ao longo da ferrovia. Até 1988 quatro siderúrgicas foram implantadas. duas em Açailândia (MA); Viena Siderúrgica e Cia, Vale do Pindaré; e duas em Marabá (PA) , COSIPAR - Companhia Siderúrgica do Pará e SIMARA - Siderúrgica Marabá (NETO, 2008, p. 01).

Segundo informações contidas no caderno *Sudeste do Pará: Um estudo de sua História*, produzido pelo CEPASP (Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular) “No dia 25 de março de 1988, o Distrito industrial de Marabá [DIM] começou a funcionar com apenas uma siderúrgica; a COSIPAR, que com apenas um alto forno, produzia 180 toneladas de gusa por dia (60 mil t/ano)” (1990, p. 24).

Até o final da década de 1990, já existiam 15 siderúrgicas no corredor de Carajás, sendo que pelo menos 08 se situavam em Marabá: COSIPAR - Companhia Siderúrgica do Pará, SIMARA - Siderúrgica Marabá, IBÉRICA – Siderúrgica ibérica do

Pará S.A, USIMAR LTDA, Terra Norte Metais LTDA, FGC – Ferro Gusa Carajás, (SIDEPAR) Siderúrgica do Pará S. A, MARAGUSA – Marabá Gusa e Siderúrgica da Terra (MONTEIRO, 2005, p. 157-158).

Cabe-nos ressaltar que o Distrito Industrial de Marabá passou por muitos altos e baixos, levando várias dessas siderúrgicas à falência. Dentre as diversas causas destes problemas podemos destacar a crise mundial ocorrida no ano de 2008⁵, que afetou toda a Europa, e atingiu os principais setores de exportação, como o do ferro-gusa, obrigando, assim, muitas destas siderúrgicas a fecharem as portas. Outros fatores foram fundamentais para este processo, tais como o acúmulo de multas aplicadas por órgãos ambientais, como o IBAMA. Isto se deu por conta de que as empresas siderúrgicas estavam utilizando carvão vegetal de origem ilegal.

No ano de 2009, segundo dados do jornal *Noticias do governo Popular*, o governo do estado mostra sua tentativa de aquecer o DIM, através da aplicação de investimentos que somam cerca de 11 milhões de reais, para a ampliação da primeira e segunda fase do distrito industrial de marabá:

Em Marabá, o processo foi dividido em duas etapas: a primeira fase é de recuperação e reestruturação e a segunda é de expansão do distrito. Na segunda etapa, 150 novos lotes foram criados para os mais diversos segmentos industriais tais como; centro de conveniência, espaços para feiras exposições, convenções, rodadas de negócios, formação profissional, atendimento médico e odontológico, bancos (autoatendimentos), recreação, atividades culturais e outras (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2010, p. 4-5).

É neste contexto de expansão do distrito industrial de Marabá que surge a proposta da ALPA. O projeto siderúrgico da ALPA está localizado na área da Fase III do DIM. Por isto, é importante compreender que, assim como o distrito industrial de Marabá surge no contexto do Projeto Ferro Carajás na década de 1980, o projeto ALPA surge num contexto em que o DIM se encontra a beira da falência, atuando hoje apenas com três siderúrgicas (IBÉRICA, SIDEPAR e SINOBRÁS). A COSIPAR decretou falência em outubro de 2012.

A partir do exposto, podemos notar que o mais importante desta contextualização da mineração industrial na Amazônia, é compreender que os polos

⁵ Segundo informações contidas no Jornal correio do Tocantins, caderno 1 pagina 4, editado no dia 16 de Março de 2010, a crise mundial de 2008 afetou o valor do dólar, o que ocasionou uma baixa nas exportações do Ferro-gusa e conseqüentemente provocou o fechamento de 08, das 11 siderúrgicas instaladas no distrito industria de Marabá.

siderúrgicos são projetos que se encontram interligados, diretamente, com os grandes projetos de mineração, ou seja, são os grandes projetos minerários que impulsionam a criação de indústrias de verticalização.

No tópico a seguir será descrito, de forma minuciosa, a ALPA, mostrando seus objetivos, sua metas de produção, geração de empregos e inclusive seus impactos socioterritoriais sobre as comunidades residentes no seu entorno. A partir daqui o referido empreendimento será abordado como um projeto que dá continuidade a expansão do distrito industrial de Marabá.

4.2 A TENTATIVA DE VERTICALIZAÇÃO DO MINÉRIO: O CASO DA ALPA EM MARABÁ.

Este tópico encaminha a discussão específica sobre a Aços Laminados do Pará, descrevendo o que significa o projeto, sua localização, e as infraestruturas necessárias para sua viabilidade. É preciso mostrar, também, que o projeto ALPA representa uma tentativa de estimular e desenvolver a economia regional através da verticalização do minério de ferro, que hoje sai da nossa região como mera *commoditie*.

A ideia é transformar Marabá num grande polo produtor de aço, com posição de destaque em todo o estado do Pará. Estima-se que há uma forte perspectiva de que a ALPA possa atrair investidores para seu entorno, abrindo novos leques de possibilidades de investimentos tais como a instalação de um polo metal mecânico, a fim de verticalizar a produção do aço. Este fato é tanto verídico que em parceria com a Mineradora Vale, a siderúrgica Aço Cearense pretende instalar, nas imediações da ALPA o projeto ALINE⁶

Além desses investimentos temos também as infraestruturas para viabilização do empreendimento, que deve contar com a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins, ampliação do porto de Barcarena, construção de um porto em Marabá, construção das eclusas de Tucuruí (obra já concluída), construção de um ramal ferroviário, incluindo uma ponte sobre o rio Itacaiunas e a construção de linhas de transmissão de energia.

Conforme relatado no tópico anterior, a ALPA representa uma expansão da fase III do distrito industrial de Marabá. No entanto, o importante agora seria abordar o

⁶ Segundo informações contidas no Jornal correio do Tocantins, no caderno 1, pagina 3, editado no dia 11 de Fevereiro de 2010, o projeto ALINE é um projeto de verticalização mineral que visa implantar uma usina de laminação dentro da ALPA, com capacidade de produção de 450 mil toneladas de laminados a frio e 150 mil toneladas de aço galvanizado.

contexto em que ela surge. O primeiro ponto que gostaríamos de chamar a atenção é que este empreendimento surge num contexto em que a mineradora Vale procura aquecer o mercado do aço no Brasil, através da construção de quatro grandes siderúrgicas:

Nesse sentido a Vale vem desenvolvendo projetos em parcerias que visam atender às demandas do mercado do aço tais como: Companhia Siderúrgica de Pecém – CSP, no estado do Ceará; Companhia Siderúrgica de Ubu – CSU, no estado do Espírito Santo; Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, no estado do Rio de Janeiro e a Aços Laminados do Pará, no município de Marabá, estado do Pará (RIMA, 2009, p. 03).

Antes de entendermos melhor o que é o projeto, ressalta-se que este é um empreendimento que faz parte de um projeto maior da Vale: tornar o mercado do aço mais competitivo no Brasil e no mundo, a partir da constituição estratégica de quatro grandes polos siderúrgicos. Inclusive alguns destes polos já foram inaugurados, e outros se encontram em fase instalação.

Por volta do ano de 2009, a governadora do estado do Pará, Ana Júlia Carepa, anunciou juntamente com o apoio do presidente Lula e a mineradora Vale, a construção da ALPA (Aços Laminados do Pará). “A área destinada ao empreendimento compreende um terreno de 1.035 ha, sendo que a planta siderúrgica ocupará 253,71 ha incluindo a área destinada diretamente à produção, além de edificações, ruas, pátios e toda a infraestrutura de apoio operacional. A meta da ALPA é produzir 2,5 Milhões de toneladas/ano de placas de aço e bobinas” (RIMA, 2009, p. 4).

Em relação à localização, conforme já mencionamos, o empreendimento será instalado em uma área da fase III do distrito industrial de Marabá, criada pelo governo do estado através do “decreto nº 1533, de 13 de março de 2009, e publicada no diário oficial em 16 de março de 2009. O empreendimento fica a cerca de 8,0 km da sede municipal com acesso através da BR-230 (Rodovia Transamazônica) no sentido Marabá – Itupiranga” (RIMA, 2009, p. 01-02).

As perspectivas de investimentos foram divididas entre a Vale e os governos estaduais e federais.. Segundo o acordo, o investimento da “Vale para a implantação da ALPA será da ordem de 3,7 bilhões de dólares, sendo 45% empregados em equipamentos, e 55% em serviços. Em contrapartida os governos Federal e Estadual farão investimentos em infraestrutura, na ordem de 1,5 bilhões de reais, que somados chegam a um montante de 5,2 bilhões de reais.” (RIMA, 2009, P. 1). Do total investido pelo estado do Pará, 60 milhões foram destinados a desapropriação de áreas, para a

instalação da III fase do distrito industrial de Marabá. Entre as áreas desapropriadas estão, inclusive, assentamentos rurais, conforme abordagem do próximo tópico.

A matéria prima utilizada pela ALPA para a produção do aço será o minério de ferro proveniente da mina de Carajás, que será transportado pela estrada de ferro. Para o processo de transformação do minério em aço, diferentemente do DIM (que utiliza carvão vegetal) será utilizado, exclusivamente, carvão mineral que deve ser importado através da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

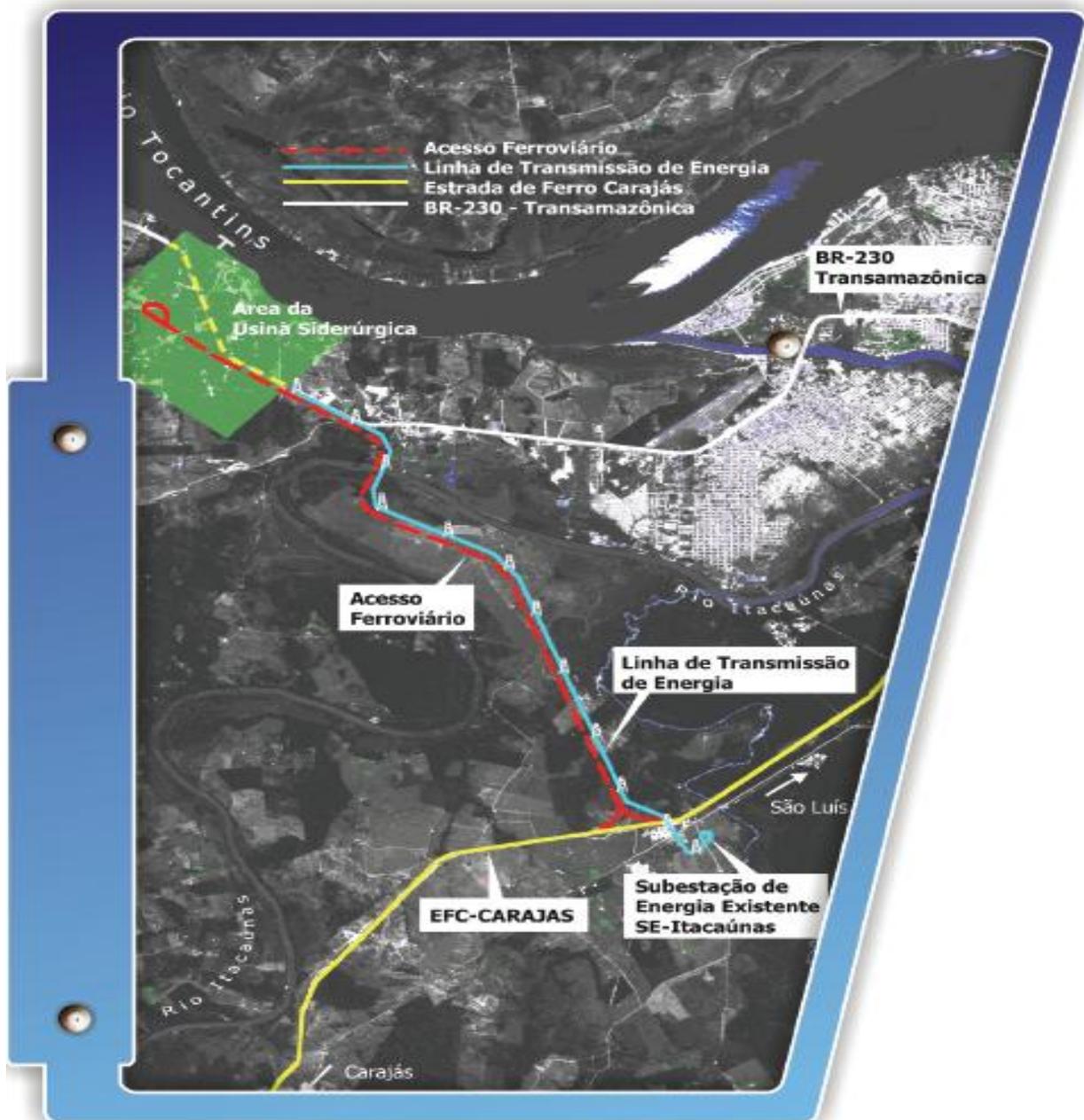
É importante frisar que, além da instalação da usina siderúrgica, estão previstas a construção de estruturas tais como, o acesso ferroviário ligando a ALPA a estrada de ferro Carajás. Este acesso percorrerá uma extensão de 12,85 km, incluindo também a construção de uma ponte⁷ sobre o rio Itacaiunas. Há também a construção de um terminal fluvial que “localizado a margem esquerda do rio Tocantins deve ocupar uma área de 15,8 hectares” (RIMA, 2009, p. 18). O objetivo do terminal é o “carregamento de barcaças com produtos siderúrgicos e escórias provenientes da usina e descarregamento de comboios com insumos (carvão vegetal) destinados à produção da siderúrgica” (RIMA, 2009, p. 18).

E, por ultimo, tem-se a construção de uma linha de transmissão para levar energia até o empreendimento. Ressalte-se, portanto, que o projeto ALPA prevê a construção de uma usina termelétrica, a qual será alimentada por gases expelidos pelos processos siderúrgicos, o que deve tornar o empreendimento autossuficiente, de um ponto de vista energético. Contudo, a linha de transmissão é necessária durante todo o processo de construção/materialização do projeto. Quanto à sua localização, “a linha de transmissão seguirá em paralelo e à direita do acesso ferroviário, até a entrada na usina siderúrgica” (RIMA, 2009, p. 9).

Para termos uma melhor dimensão das estruturas necessárias à construção da Aços Laminados do Pará, vejamos o mapa a seguir:

⁷Para dar viabilidade ao acesso ferroviário a previsão é que seja construída sobre o rio Itacaiunas uma ponte ferroviária com tamanho de 235 metros (RIMA, 2009, p. 15-16).

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ALPA E SUAS ESTRUTURAS



Fonte: RIMA (2009).

A imagem acima demonstra, de forma clara, que a ALPA é um empreendimento bastante complexo e que demanda enormes obras estruturais. Isto sem falar nas demais obras de infraestrutura que se encontram sob a responsabilidade do Estado. Mas o que representam estas obras, qual a sua importância para o funcionamento do referido empreendimento?

Conforme falado anteriormente, a ALPA surge a partir da parceria da Vale com os governos federal e estadual. Ou seja, para que a ALPA fosse efetivada foi necessário

que o Estado assumisse alguns compromissos. Vejamos abaixo quais foram estas tarefas:

Para a instalação do empreendimento, foram acordadas e definidas importantes contrapartidas governamentais, na forma de ações precedentes e necessárias à implantação e operação do empreendimento no local definido. Neste contexto, está incluída a efetivação da Fase III do Distrito Industrial de Marabá, o desvio de um trecho da BR-230 (Transamazônica), a construção das eclusas de Tucuruí, a viabilização da hidrovia no rio Tocantins entre Marabá e Vila do Conde, assim como a capacitação do Terminal Portuário em Vila do Conde (RIMA, 2009, p. 01).

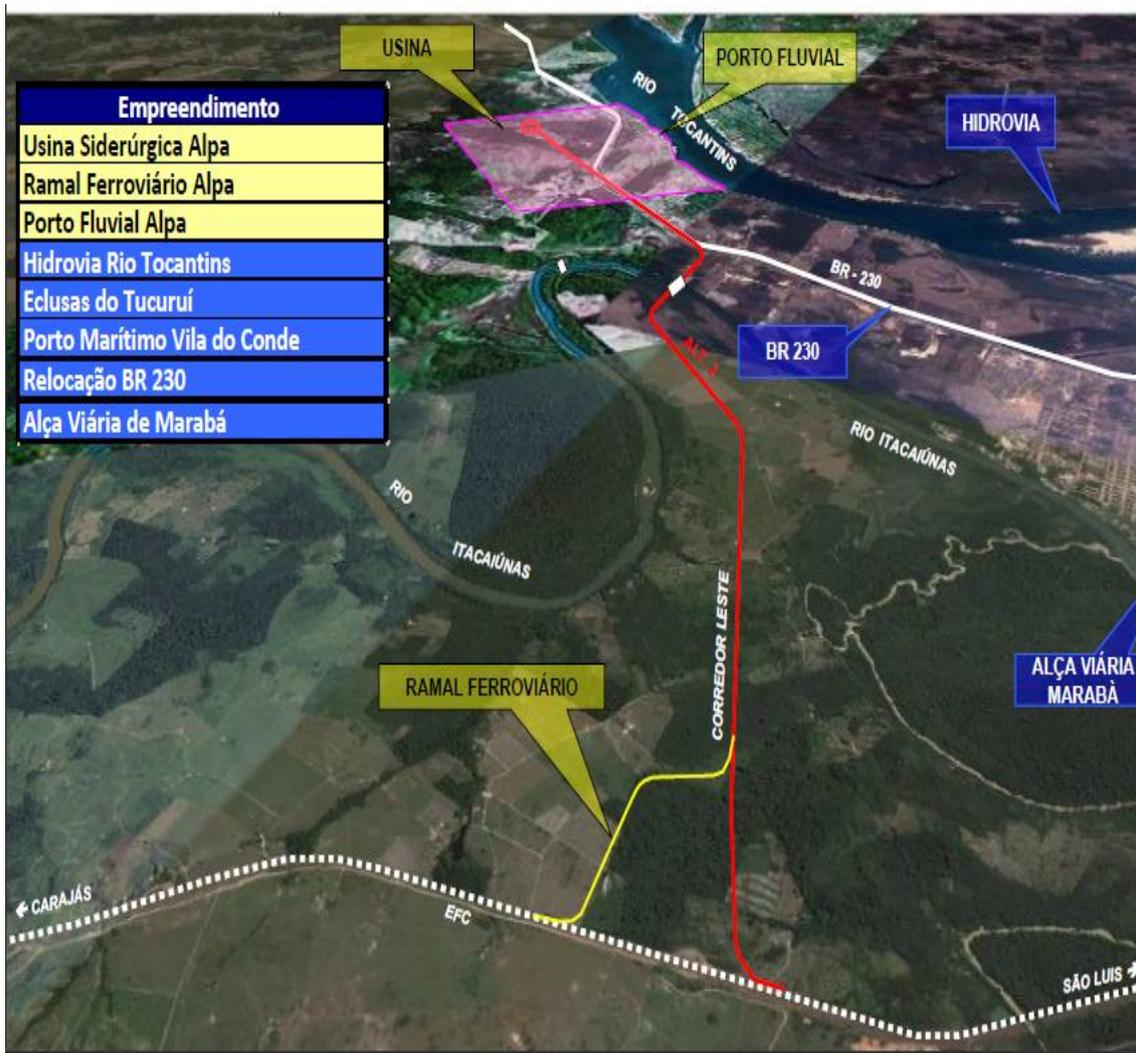
No caso da efetivação da fase III do distrito Industrial, o governo do estado já adquiriu a área, através do decreto nº1533 de 13 de março de 2009. O que veremos adiante é que essas áreas desapropriadas incidem sobre assentamentos, tais com o Belo Vale, que por lei não pode ser desapropriado. No caso da BR 230 (rodovia Transamazônica), a tarefa do governo é construir um desvio da estrada ligando-a ao terminal fluvial da usina. Com isso, a produção da ALPA pode contar com uma plataforma multimodal de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Temos ainda a construção das eclusas de Tucuruí, que foram concluídas ainda no governo Lula. O projeto consiste na abertura de um canal cortando a hidrelétrica de Tucuruí, para que a produção, principalmente da Aços Laminados do Pará, seja escoada pelos rios. A construção das eclusas é fundamental para viabilidade da hidrovia Araguaia Tocantins.

A construção da Hidrovia Araguaia Tocantins representa um passo importante, e talvez seja a obra chave para que esta siderúrgica tenha viabilidade. Para a construção da Hidrovia, que possibilitará a navegação no rio Tocantins de Marabá à Vila do Conde, é necessário que o governo Federal providencie as obras de derrocamento de pedrais, como o do Lourenção, no município de Itupiranga, além de outros trechos do rio. Serão necessárias, também, obras de dragagem do rio, devido este ter enormes bancos de areias e praias em locais navegáveis.

Para entendermos melhor as investidas infraestruturais aqui discutidas, vejamos o mapa a seguir:

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DA ALPA.



Fonte: Vale (S.D).

Tendo como base o mapa, percebe-se quais obras são de responsabilidade da Vale, e quais as obras de responsabilidade do Estado. Os investimentos na usina da ALPA, ramal ferroviário e porto fluvial, representados pela cor amarela, ficam a cargo da Vale. Já os investimentos na hidrovia, eclusas de Tucuruí, porto marítimo de Vila do conde, realocação da BR 230 e Alça Viária de Marabá⁸, representados pela cor azul, ficam a cargo do governo federal e estadual.

⁸Segundo informações publicadas no Jornal correio do Tocantins, no caderno 03 e pagina 05, editado no dia 11 de Fevereiro de 2010, a Alça viária consiste num projeto de construção de 29km de estradas, interligando a BR -230 (transamazônica) à BR- 155 (antiga PA-150) em Marabá. O objetivo principal é interligar o distrito industrial as principais rodovias da região.

Em relação à ampliação do porto de vila do Conde, em Barcarena, a tarefa do governo do estado consiste na criação de mais um terminal para atender as demandas dos produtos a serem escoados pela Hidrovia Araguaia-Tocantins, tendo em vista que os terminais já existentes atendem a demanda da ALBRÁS (Alumínio Brasileiro S. A) e ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S. A).

Vale notar que, todas as investidas em infraestruturas da parte do governo brasileiro, foram e estão sendo financiadas por bancos públicos, principalmente, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e por programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) I e II. Conforme discutido no capítulo anterior, estes programas de infraestruturas se articulam com o objetivo de promover a abertura dos mercados e integrar a Amazônia e seus produtos ao mundo globalizado. No caso específico da ALPA, estes programas devem ajudar na exportação do aço para o mercado interno e externo.

No debate acerca da Aços Laminados do Pará surge uma importante pergunta: por que a Vale escolheu Marabá pra sediar esse grandioso empreendimento? A partir de nossas análises, levantamos algumas questões que apontam que a ALPA é estratégica por está no corredor de Carajás, que é abundante em minério de ferro, matéria prima necessária para a produção do aço. Portanto, seria importante potencializar e impulsionar as atividades do Distrito Industrial com essa siderúrgica. Mas, segundo a própria mineradora Vale, o fator fundamental e preponderante de a ALPA ser instalada em Marabá está na:

Localização estratégica e a logística de transporte já instalada, e em breve complementada pela hidrovia Araguaia-Tocantins, o que fará do município um dos poucos locais do norte e nordeste brasileiro, atendido por um sistema multimodal de transporte; ferrovia, hidrovia e rodovias, tendo a sede do município como epicentro desse sistema. (RIMA. 2009, p. 42)

Para uma melhor compreensão do quanto esta região é importante para a consolidação dos grandes projetos, vejamos abaixo o mapa ilustrativo que demonstra em que conjuntura se encontra Marabá.

MAPA 3- LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DE MARABÁ



Fonte: Blog do Piteira (2010).

O mapa aponta que Marabá será um polo estratégico, por conta das várias possibilidades de escoamento da produção. Significa dizer que os insumos aqui produzidos serão contemplados por uma plataforma multimodal de transporte que envolve rodovia, ferrovia e hidrovia. Certamente, a Hidrovia será a mais utilizada, já que das três modalidades de transporte ela é a menos onerosa.

4.2.1- Limites e Possibilidades do Projeto ALPA

Se formos comparar o projeto ALPA com outros projetos siderúrgicos como os do Distrito Industrial de Marabá, é inegável que este representa um avanço, sobretudo, na utilização do tipo de carvão: está prevista a utilização do carvão mineral como matéria prima para os processos de transformação do ferro em aço.

As guseiras localizadas no DIM utilizam carvão vegetal, o que tem provocado nos últimos 20 anos, a devastação de praticamente toda a floresta nativa da região sudeste, sem falar nas relações de produção do carvão vegetal, que é marcada, na maioria das vezes, por práticas de trabalho escravo.

Retomando a discussão feita no capítulo II podemos afirmar que, do ponto de vista do nacional desenvolvimento, a ALPA, de certa forma, quebra a lógica do modelo primário exportador, que tem sua economia voltada, nos seus segmentos mais estratégicos, à produção de *commodities*. Ou seja, o empreendimento tenta agregar valor ao minério de ferro através de sua verticalização.

No âmbito do debate local, há uma grande perspectiva nos discursos oficiais em relação aos benefícios que este projeto vai trazer para Marabá e região. O que se percebe é que estes discursos se pautam, principalmente, na questão da capacitação profissional promovida pela Vale e na geração de emprego e renda para toda a população local. Vejamos o que diz o RIMA do empreendimento sobre a capacitação profissional e a quantidade de empregos que devem ser gerados:

Como parte das ações que visam o desenvolvimento humano, a Vale desenvolverá com instituições parceiras um programa de capacitação da mão-de-obra para atender a demanda durante a implantação e operação do empreendimento ALPA [...]. Para a fase de implantação do empreendimento estima-se a geração de 16.062 empregos e de 5.319 na fase de operação [...] Isto sem falar que estão previstas a instalação de uma vila de alojamentos com capacidade para alojar até 7.000 pessoas (RIMA, 2009, p. 01 -13).

Apesar dos grandes discursos sobre a quantidade de empregos que devem ser gerados, não podemos esquecer que os impactos sócio-territoriais e ambientais são bem maiores do que as benfeitorias. Segundo estimativas da Vale, os empregos gerados chegam à casa dos 16 mil, mas o que dizer das milhares de pessoas que migram de todo o Brasil para cá, por conta dessas expectativas geradas, e não conseguem empregos? Geralmente, o que ocorre é que a vinda dessas pessoas provoca um inchaço populacional das cidades, e a consequência disso é a precarização ainda mais dos serviços essenciais oferecidos como saúde, educação e moradia.

Outro ponto diz respeito à questão dos impactos ambientais que a ALPA pode trazer, principalmente aos assentamentos rurais, como o Belo Vale, que se encontra no entorno. Do ponto de vista ambiental, o assentamento Belo Vale sofrerá com a poluição sonora produzida por máquinas e equipamentos da ALPA. Além disso, há também, a

poluição das águas superficiais e subterrâneas; poluição do ar, por emissão de gases tóxicos expelidos durante o processo de transformação do ferro em aço. Tudo isto pode ocasionar danos à saúde das pessoas e a contaminação dos plantios, bem como o desmatamento através da supressão da vegetação, provocando a afugentamento da fauna silvestre.

Não poderíamos também deixar de colocar em xeque os impactos territoriais que os projetos causam, independente da sua natureza. Sabemos que a expansão territorial do capital, representada pelos grandes projetos, desconsidera outras formas econômicas de desenvolvimento, como a agricultura familiar, por exemplo.

Traçando um panorama da conjuntura atual em que a ALPA se encontra, podemos afirmar que, hoje, o empreendimento está com as obras paralizadas, portanto, sem previsão para conclusão. Quanto aos motivos, temos uma variada leva de justificativas as quais são difíceis de acreditar.

Para nós, a impressão que fica é que a mineradora Vale jamais desejou empreender a ALPA: foi obrigada à empreitada exclusivamente por pressão do governo do estado do Pará, e sobretudo do presidente Lula, que cobrou da mineradora investimentos no Brasil, quando a empresa, em plena crise internacional de 2008, demitiu cerca de 4 mil funcionários.

Mas, Informações oriundas dos meios de comunicação locais (que são pouco confiáveis e tendenciosos) dão conta de que o principal motivo da paralisação das obras é o fato de que, no ano de 2010, o governo Federal cortou os recursos do PAC, que seriam necessários para a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

A mineradora Vale, aproveitando a oportunidade, logo deixou claro que só seguiria adiante com as obras da ALPA, caso o Governo Federal cumprisse o acordo, que era oferecer as infraestruturas necessárias para viabilidade do empreendimento.

Isso causou muita revolta entre os políticos e as elites locais, que se mobilizaram e marcaram reuniões, como a que ocorreu em Brasília com a ministra do planejamento Mirian Belchior, para cobrar a imediata liberação de recursos para a construção da Hidrovia. Após muitas pressões, o governo federal se comprometeu em elaborar, de imediato, um estudo de viabilidade da Hidrovia e encaminhar para o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), para que este assinasse a ordem de serviço autorizando a derrocagem e dragagem do rio Tocantins.

Quanto às autorizações necessárias para o funcionamento do empreendimento, até o presente momento o projeto ALPA já recebeu da SEMA (Secretaria de Estado de

Meio Ambiente) a Licença Prévia, expedida no dia 30 de março de 2010. E a Licença Instalação, expedida no dia 14 de Junho de 2010, sendo que a última contou com a vinda do presidente Lula e da governadora Ana Júlia à Marabá.

Pudemos ver, a partir da discussão que se delineou, o que significa o projeto ALPA, sua localização, sua capacidade produtiva e os insumos a serem produzidos. A sua importância estratégica de estar no corredor de Carajás e também de estar na cidade de Marabá, que futuramente deve inaugurar sua plataforma multimodal de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário

Para a viabilidade da ALPA é necessário que o governo cumpra suas obrigações, através da construção de importantes infraestruturas tais como, a Hidrovia Araguaia Tocantins, as eclusas de Tucuruí, a ampliação do porto de Vila do Conde.

Por último, discutimos os limites e as possibilidades deste empreendimento em relação à população marabaense. A ALPA representa um novo marco da tentativa de verticalização do minério, diferentemente do DIM, já que pretende utilizar carvão mineral para a produção do aço. Abordamos também a expectativa da geração de uma quantidade significativa de empregos. Em contrapartida, mostramos que esses pontos positivos não superam em nada os impactos negativos ambientais, sociais e territoriais que sofrem os trabalhadores rurais assentados no entorno do empreendimento.

Sendo assim, é nesta perspectiva que analisaremos, especificamente, o tópico a seguir: o impacto expropriativo da ALPA sobre os moradores do assentamento Belo Vale, projeto este ameaçado de desapropriação.

4.3 ATORES SOCIAIS QUE SE ENCONTRAM NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO: O CASO DO PA BELO VALE.

O objetivo principal deste tópico, em primeiro lugar, é descrever o assentamento Belo Vale, mostrando que este possui uma dinâmica econômica de produção muito ativa e diversificada. Em um segundo momento, mostraremos como o Estado ameaça desterritorializar o assentamento para a implantação da fase III do DIM e da ALPA. A partir daí discutiremos a dinâmica do capitalismo, que é regida por um modelo de acumulação mediante espoliação/despossessão. Veremos se o projeto ALPA, muda ou reforça esse modo de acumulação.

Para que o capitalismo histórico possa sobreviver e acumular cada vez mais, é necessário que ele esteja em constante expansão geográfica, ocupando espaços habitados ou não, convertendo tudo a sua imagem e semelhança. E essa expansão territorial do capital acaba expropriando e expulsando sujeitos de suas terras.

Antes de entrarmos na discussão acerca dos impactos territoriais, faremos um breve histórico do assentamento Belo Vale, descrevendo sua dinâmica produtiva e sua importância econômica para Marabá. Depois mostraremos como o Estado, com a proposta da ALPA, ameaça retirar os assentados de suas áreas.

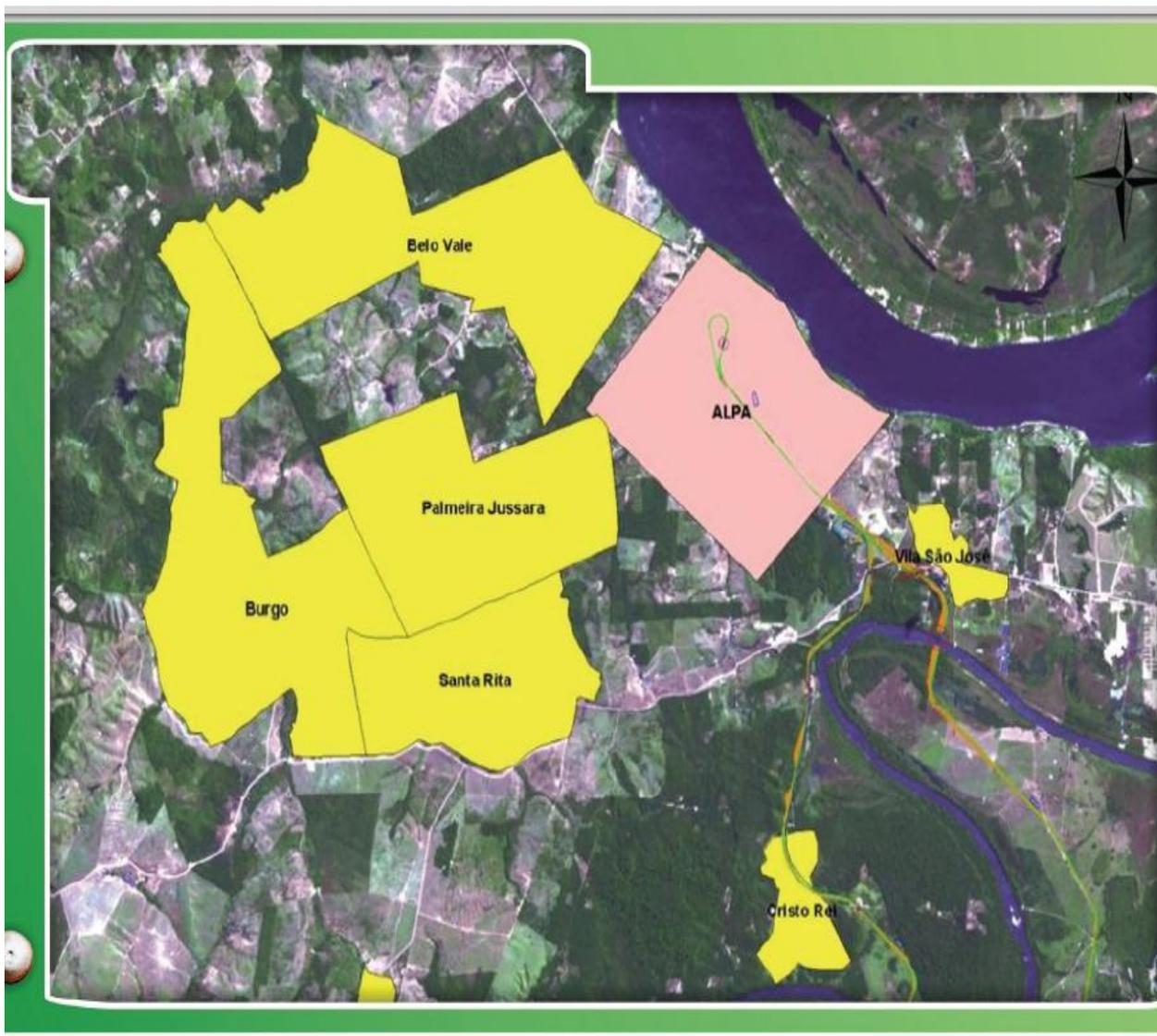
A escolha do assentamento Belo Vale como locus de estudo se justifica pelo fato de que, no ano de 2009 para 2010, participei como bolsista de um projeto intitulado “Os impactos da Mineração no sudeste Paraense”, coordenado pelo CEPASP (Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), em parceria com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e UFPA (Universidade Federal do Pará). Deste projeto saiu um artigo denominado de “Como é Belo o nosso Vale”. O trabalho descreve um pouco o dilema das famílias assentadas que estão ameaçadas pela construção da ALPA.

A discussão a seguir tem como base as entrevistas feitas junto a 17 famílias de agricultores do referido Projeto de Assentamento, das 38 que estão ameaçadas pela implantação da 3ª fase do Distrito Industrial de Marabá. A ideia foi fazer o que o Estado não fez: ouvir os trabalhadores e saber o que eles pensam, e se pretendem sair dos seus lotes para dar lugar a ALPA.

4.3.1- Histórico do PA Belo Vale.

O projeto de assentamento Belo Vale está localizado há uma distância de 16 Km da sede municipal, à margem esquerda da rodovia Transamazônica, no sentido Marabá/Altamira. Ele faz frente com o rio Tocantins, que está à direita, junto à área desapropriada pelo Estado para implantação da 2ª etapa do DIM. À esquerda, do mesmo lado do Assentamento, está a Penitenciária Agrícola Mariano Antunes e o PA Grande Vitória, aos fundos com PA Palmeira Jussara e áreas de fazendas. Observemos abaixo o mapa com a localização do PA Belo Vale.

MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DA ALPA



Fonte: RIMA – ALPA (2009)

É importante frisar que no entorno do projeto ALPA, serão impactados não só o assentamento Belo Vale, mas vários outros assentamentos e vilas tais como; Palmeiras Jussara, Santa Rita, Burgo, Boa Esperança do Burgo, Grande Vitória e Alegria. Quanto às vilas, temos a vila São José e Cristo Rei. Vale lembrar que todos esses assentamentos são antigos e são frutos de lutas históricas dos trabalhadores pela posse da terra.

Segundo informações dadas pelo senhor Isaias Soares de Melo⁹, morador do PA Belo Vale, o histórico de ocupação da terra se deu por volta do ano de 1998, onde ele esteve acampado por mais ou menos 05 anos, até que em 2003 o INCRA (Instituto

⁹ Informação verbal colhida no dia 23 de novembro de 2012.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária) criou o projeto e assentou mais ou menos 62 famílias de trabalhadores rurais.

As famílias residentes no PA Belo Vale são todas de migrantes dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Ceará, Piauí e Amapá. Muitos moradores passaram por vários estados, e tiveram diversas trajetórias até chegarem a Marabá.

A faixa etária dos pais e mães de famílias entrevistadas varia de 32 a 56 anos, com uma pessoa com idade de 32 anos, sete pessoas com idade de 41 a 49 anos e oito pessoas com idade de 50 a 56 anos. As famílias estão todas em relação de beneficiários (RB), e muitas têm projetos financiados por agências bancárias, para cultivo e criação de gado, sendo a maioria para produção de leite e comercialização de bezerros. Poucas são as famílias que não possuem rede de energia elétrica em suas propriedades, muitas delas foram beneficiadas pelo programa “Luz Para Todos”, mas boa parte já tinha providenciado quando PA foi contemplado com o programa.

A produção no projeto de Assentamento Belo Vale é significativa, tanto em volume, quanto na diversificação. As famílias criam bovinos, suínos, ovinos, peixes, aves, abelha e cultivam em grande escala o abacaxi. Em pequena escala cupuaçu, tangerina, manga, açaí, limão, murici, banana, acerola, goiaba, maracujá, caju, hortaliças, arroz, milho, mandioca, feijão. Produzem farinha, tapioca, puba, tucupi, mel, doce de leite, bolos e outros derivados para comercializar e para o consumo.

A parte da produção que é destinada a comercialização, é escoada por carros, caminhonetes próprias ou fretadas, e vendidos numa feira, localizada na rua 7 de junho, Velha Marabá. A feira funciona aos sábados. Muitos dos trabalhadores que não conseguem vender a produção da semana vão para a feira da fl. 28, que funciona exclusivamente no domingo.

4.3.2- A questão Belo Vale x ALPA.

No ano de 2009 o governo do estado do Pará anunciou a construção da ALPA, e para isso criou decreto desapropriando diversas áreas para a instalação do que eles chamaram de III fase do distrito industrial de Marabá. Segundo dados do CEPASP, no dia 13 de março de 2009, o governo assinou o decreto de desapropriação nº 1.133, nos

seguintes termos: “declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel destinado à ampliação do distrito industrial de Marabá” (2010, p. 17).

A partir daquele momento, juntamente com a CPT (Comissão pastoral da Terra), CEPASP (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular) e o Movimento Debate e Ação (MDA), do qual faço parte, começamos a acompanhar o drama destas famílias que não acreditavam que depois de tantas lutas pela posse da terra, e já assentadas pelo INCRA, elas seriam desapropriadas para dá lugar a um projeto que nem se quer conheciam:

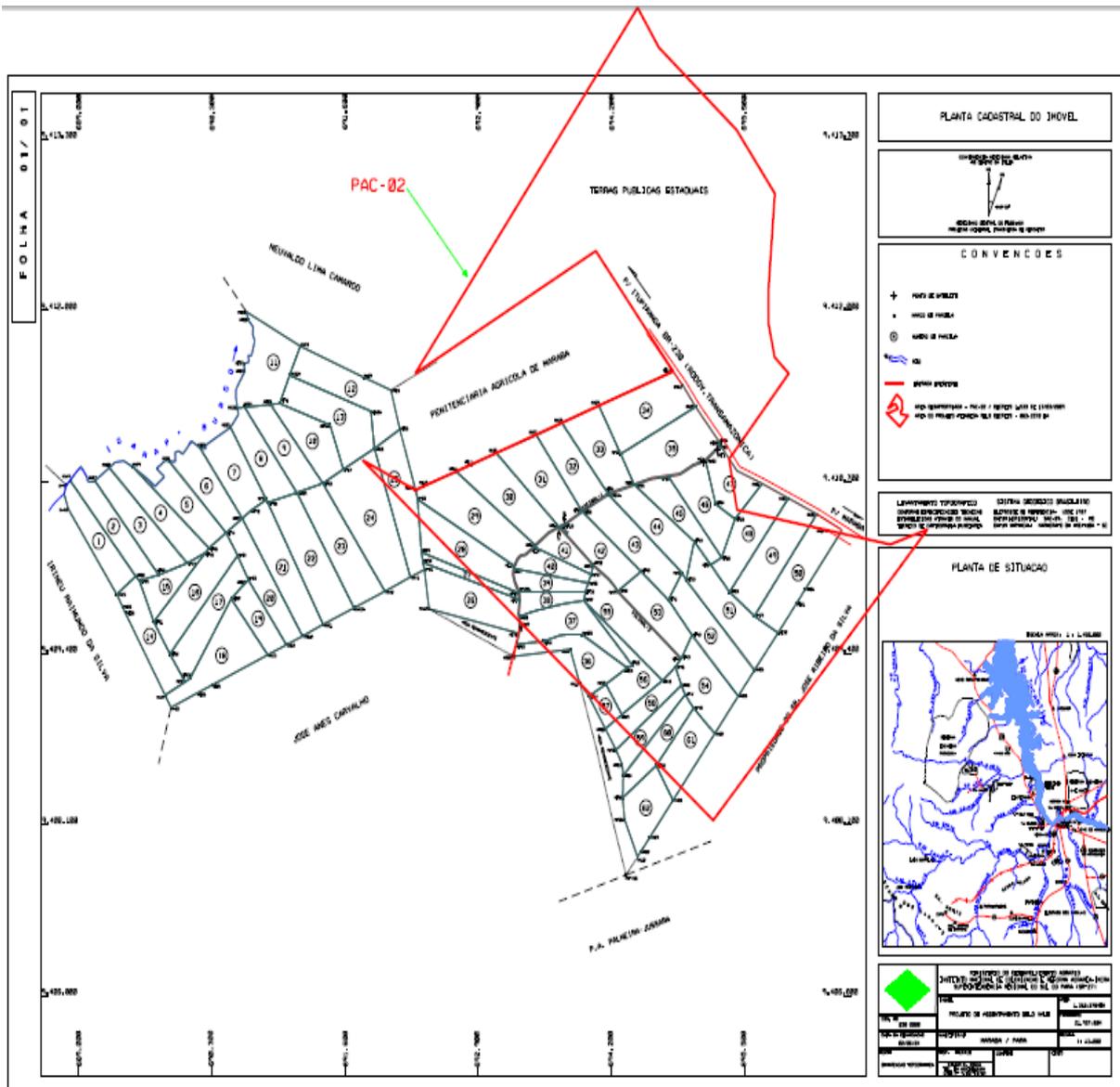
Várias vezes já passaram por aqui, falaram algumas coisas. Falaram que eles iriam pegar uma parte da área. Só que nós tivemos uma reunião no INCRA e o diretor do INCRA falou pra nós que não tinha nada em concreto, que nós teria que trabalhar no lote, que eles jamais souberam alguma coisa, ninguém nunca falou nada no INCRA, que o INCRA ia desativar nós, principalmente porque essa terra aqui é de assentamento, e o INCRA não faz dois assentamentos, ele não indeniza terra duas vezes (Entrevista realizada dia 20 de Janeiro de 2010, com o senhor Claudionor Aves de Oliveira).

Segundo Afonso et. al (2009, p. 03), a grande contradição dos projetos da Amazônia é que a população local sempre esteve indiferente a eles. O motivo provável é que “esses projetos são dirigidos de fora para dentro da região, sem que os amazônidas tenham a oportunidade de discutir e opinar sobre a viabilidade, necessidade e consequência desses empreendimentos”.

Neste contexto, é que por certo tempo os trabalhadores ficaram sem saber o que era a ALPA, ou mesmo que seriam desapropriados. Os moradores do assentamento Belo Vale só souberam que existia um decreto de desapropriação de suas áreas, através da CPT. O decreto especificava que das 62 famílias residentes no assentamento, pelo menos 38 teriam que sair para dar lugar a fase III do distrito industrial de Marabá.

Vejamos abaixo o mapa fornecido pelo INCRA, que mostra os lotes afetados e que devem ser desapropriados para a instalação da fase III do distrito industrial.

MAPA 5 – LOTES DO PA BELO VALE ATINGIDOS POR DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO



Fonte: INCRA (S.D).

Observa-se que a parte riscada em vermelho representa a área que deve ser desapropriada para a instalação da III fase do distrito industrial. E as partes numeradas e divididas em lotes representam o assentamento Belo Vale. Partindo das entrevistas realizadas entre os moradores, percebemos que a maioria disse não querer sair do seu lote, mesmo se a Vale oferecesse outro em troca:

O que eu não aceito é que venha nos desabitar da nossa região, por que tem muitas áreas, tem grandes fazendas ao redor aqui, por quê que não tira uma dessas aqui (Jovái Soares da Silveira, entrevistado no dia 20 de Janeiro de 2010).

Eu não tenho terra para vender, por isso não quero sair do meu lote, estou próximo da cidade e considero que vivo bem, é um PA produtivo, se hoje quiser ir lá para comprar peixe, temos 10.000 kg, se quiser leite, banana, abacaxi, mel, ovos, puba, tapioca. O que queremos é que o Estado disponha de mais recursos (Isaías Soares de Melo, entrevistado no dia 20 de janeiro de 2010).

Por estas falas é possível perceber o quanto os moradores estão satisfeito em estar no PA Belo Vale. Não pretendem, de forma alguma, deixar seu lote para recomeçar tudo de novo. E foi nesta perspectiva que a CPT resolveu entrar na justiça com um processo pedindo a nulidade do decreto nº 1. 133. O principal argumento da CPT era que o Belo Vale é um projeto de assentamento criado pelo INCRA, através de decreto federal, portanto, sendo área de jurisdição federal. Segundo a lei que rege a criação de PA's, uma vez criado o assentamento não pode ser passível de desapropriação. Como, então, um decreto estadual pode derrubar uma lei federal?

Avaliamos que fazer o deslocamento de famílias assentadas consiste em um enorme equívoco, tendo em vista que os trabalhadores demonstram estarem gozando de certa estabilidade e satisfação com o lugar. Por outro lado, danos irreparáveis às condições sociais que as famílias construíram ao longo de anos, aos laços de amizade, às confianças e considerações estão para despontar. As pessoas não querem sair, não querem vender ou se desfazer de suas áreas, querem continuar e ter a terra para outras gerações.

Após muitas polêmicas, pressões de entidades e mobilizações dos trabalhadores acerca do imbróglio, o governo do estado reconheceu que desapropriar área de projeto de assentamento era um ato de extrema ilicitude. E, para corrigir o erro cometido, adotou a estratégia de lançar um novo decreto de criação da fase III do DIM, excluindo a área do projeto de assentamento Belo Vale. A partir desta decisão muitos assentados se sentiram aliviados por saberem que não corriam mais riscos de perderem seus lotes.

4.4-IMPACTOS SÓCIO-TERRITORIAIS E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO/DESPOSSESSÃO.

Este tópico se propõe a discutir a respeito de como a dinâmica do sistema capitalista influencia a vinda dos grandes empreendimentos para nossa região, tendo como objetivo a acumulação de capital. Neste debate utilizaremos como referência a ALPA e o caso do Belo Vale. Sabemos que os projetos de mineração existentes em nossa região atuam na extração dos recursos naturais, que hoje produzem *commodities* para atender aos principais centros consumidores no mundo, sem promover uma melhora na qualidade de vida das pessoas que aqui vivem. O que se vê é o aumento da pobreza. Isto sem falar dos mecanismos utilizados para acumulação, que se dão mediante espoliação/despossessão.

O caso da ALPA é diferente, já que esta representa uma tentativa de verticalização do minério, o que quebra a lógica da produção de *commodities*. Mesmo quebrando esta lógica, sabemos que a sua produção está direcionada ao mercado externo. Neste contexto, o ponto central é compreender se esta modalidade produtiva muda a lógica de acumulação por espoliação/despossessão ou se simplesmente reforça o que está posto.

No debate sobre a acumulação primitiva de capital na Amazônia, João Antonio de Paula escreve o texto *Amazônia: fronteira de acumulação de Capital*, em que observa que a Amazônia tem sido “desde o século XVII, uma fronteira intermitente para o desenvolvimento do capital, marcada por avanços e recuos, por recomeços e abandonos” (PAULA, 2008, p. 24).

O autor se refere ao fato de que, na Amazônia, fizeram parte dos processos de Acumulação primitiva de capital, tanto as formas do trabalho e comercialização da produção extrativista da Amazônia (drogas do sertão, borracha), como também as variadas modalidades de frentes pioneiras, tais como as atividades agropecuárias, madeireiras e de mineração. Mesmo com toda essa entrada do capital na Amazônia, o capitalismo por aqui ainda não está consolidado, portanto para o referido autor, a Amazônia é a última fronteira de acumulação de capital.

Com efeito o sentido geral da Amazônia no desenvolvimento capitalista no Brasil tem sido o de ser a última grande fronteira de possibilidade de presentificação da acumulação primitiva de capital nesta parte do planeta, seja por seus vastos estoques naturais seja pela possibilidade de mobilizar formas de trabalho e de apropriação de riquezas baseadas na super exploração do trabalho, na coerção e na violência (PAULA, 2008, p. 25)

Na citação acima, é perceptível que o autor concebe a Amazônia como última fronteira de acumulação de capital, e que esses modelos de acumulação se dão através da superexploração da força de trabalho, através do roubo e da violência. É neste sentido que gostaríamos de retomar algumas ideias do capítulo I, sobretudo as de Harvey (2006), que afirma que o segredo da acumulação primitiva está na expropriação. Porém, a expropriação, num sentido amplo, supõe “a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade, comum, coletiva, estatal em direitos de propriedade exclusivos” (Idem, p. 109).

Na região sudeste do Pará, o que se vê é a lógica do capital tentando transformar tudo conforme a sua imagem e semelhança. Vários grupos de trabalhadores rurais camponeses, indígenas estão perdendo espaço para dar lugar aos grandes conglomerados econômicos. No caso da ALPA e Belo Vale, o que se vê é a uma tentativa por parte do Estado de transformar a propriedade da terra, a qual ele próprio concedeu aos trabalhadores, em um direito exclusivamente privado. Neste contexto, podemos afirmar que a ALPA é um projeto que tenta expropriar trabalhadores rurais, para tomar-lhes a terra sobre a qual vivem há muitos anos.

Outro ponto importante é que os projetos econômicos vêm de forma impositiva para esta região, acompanhados por bons discursos ideológicos para que ninguém os questione. E, nesta perspectiva de imposição, é que projetos como a ALPA desconsideram outras formas econômicas de produzir, como a agricultura familiar, por exemplo. Os grandes projetos invisibilizam os sujeitos que aqui vivem, com seu modo de vida e de reprodução de sua subsistência. Portanto, é possível afirmar que estamos diante de uma disputa de projetos territoriais.

Malheiro (2010) ressalta que, na fronteira, existem intensas disputas por projetos territoriais distintos. Para ele a região Amazônica é marcada pelas disputas entre os projetos de territorialização do agronegócio, da mineração e os projetos de territorialização referenciados nos camponeses, ribeirinhos e indígenas.

Os projetos territoriais da mineração e agronegócio se afirmam, ao mesmo tempo em que negam a produção camponesa referenciando que estas formas econômicas de produção representam um atraso a ser superado, uma realidade a ser mudada (MALHEIRO, 2010). E é com esse discurso do progresso que a produção camponesa é considerada arcaica, e que os projetos territoriais do agronegócio e

mineração vão se sobrepondo como um modelo civilizatório que expropria os sujeitos atrasados:

Com a expansão da territorialização mineral e do agronegócio, múltiplas identidades sociais com fortes apelos espaciais foram colocadas em cheque, muitos grupos sociais foram forçados a sair de seus territórios. A pretensa modernização do espaço, que nada mais é do que a imposição de uma territorialização mineral e do agronegócio, também deve ser compreendida como um processo civilizatório (MALHEIRO, 2010, p. 10).

Avaliando o processo de acumulação primitiva, podemos afirmar que o projeto ALPA, mesmo possuindo características diferentes dos grandes projetos que produzem *commodities*, reforça a lógica de acumulação, sobretudo, mediante despossessão. Ou seja, é um empreendimento que tenta expropriar os camponeses residentes no PA Belo vale, e submetê-los a lógica e dinâmica do capitalismo.

Vale lembrar que o problema que o belo vale vem enfrentando hoje, faz parte de um processo mais amplo de territorialização do capital, que a cada dia constrói uma lógica mais perversa na busca incessante de lucro, através da despossessão e expropriação de camponeses. Basta olhar ao nosso redor (região sudeste do Pará) para perceber que a cada dia os grandes projetos incidem sobre áreas de assentamentos. Em Ourilândia do Norte há o PA campos altos e Santa Rita, ambos afetados pelo projeto de mineração Onça e Puma. A vila racha Placa é outro caso, pois é afetada pelo projeto S11D, dentre tanto outros exemplos.

O processo de acumulação primitiva, no sentido aqui tratado, é representado pelos grandes projetos da Amazônia, que promovem um profundo reordenamento territorial, já que estes intervêm na lógica camponesa, ribeirinha e indígena usurpando-lhes as terras e transformando-as em mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o projeto Aços Laminados do Pará (ALPA) e articula-lo com a dinâmica do capitalismo histórico é tarefa difícil e desafiadora. Discorrer sobre as angústias dos assentados do P.A Belo Vale, que até hoje passam por um iminente perigo de expropriação, significa nos remeter à realidade da região amazônica como um todo,

tendo em vista que a dinâmica do capital, neste espaço, sempre buscou promover a resignação dos atores sociais que nele habita.

Em um primeiro momento deste estudo, fez-se necessária uma análise da dinâmica do capitalismo histórico, tomando como elemento de discussão, as crises que o acompanham. Mostrou-se, em seguida, que o capitalismo no Brasil possui práticas de acumulação primitiva específicas, as quais se dão mediante espoliação/despossessão. Mas onde está o segredo do processo de acumulação por espoliação/despossessão?

Harvey (2006, p. 109) afirma que o segredo da acumulação primitiva está na expropriação que, num sentido amplo, supõe “a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade, comum, coletiva, estatal em direitos de propriedade exclusivos”.

A partir da definição de como se dá esse processo de acumulação, promovemos uma análise do projeto ALPA, encarando-o como um empreendimento que tenta verticalizar a produção do minério de ferro, quebrando a lógica convencional da produção das modernas *commodities*. Foram analisados os limites e possibilidades deste empreendimento, chamando a atenção para o fato de que, ao mesmo que representa a verticalização, ele também promove impactos ambientais graves, e tenta, sobretudo, expropriar os trabalhadores rurais que residem no projeto de assentamento Belo Vale.

Discutiu-se que a construção da ALPA depende muito do Estado, que é capitalista e tem cumprido o seu papel, financiando, concedendo incentivos fiscais e, sobretudo, construindo infraestruturas necessárias para a viabilidade dos empreendimentos. Mostramos, também, que para dar suporte à construção destas infraestruturas, o Estado cria bancos públicos, como o BNDES e programas como o PAC I e II, que tem como objetivo integrar e abrir as fronteiras da Amazônia ao mercado mundial. Isto viabiliza a ocupação de diversos territórios, bem como o assenhoreamento dos recursos naturais existentes neles.

Quando o sistema capitalista promove a expropriação de diversos sujeitos, ele destrói e desconsidera totalmente seus costumes, suas tradições e suas formas econômicas de produção e reprodução da vida. Na Amazônia, isto encontra justificativa nos discursos de que, os sujeitos que aqui vivem, são atrasados e não são capazes de dar racionalidade aos recursos naturais.

Nesta perspectiva, Malheiro (2010) observa que os projetos territoriais da mineração e agronegócio, na região Sul e Sudeste do Pará, se afirmam, ao mesmo

tempo em que negam a produção camponesa, referenciando que estas formas econômicas de produção representam um atraso a ser superado, uma realidade a ser mudada. Com esses discursos, que referenciam a produção camponesa como arcaica, é que os projetos territoriais do agronegócio e da mineração vão se sobrepondo, inclusive, como um modelo civilizatório que expropria os sujeitos “atrasados”.

Com a expansão da territorialização mineral e do agronegócio, múltiplas identidades sociais com fortes apelos espaciais foram colocadas em cheque, muitos grupos sociais foram forçados a sair de seus territórios. A pretensa modernização do espaço, que nada mais é do que a imposição de uma territorialização mineral e do agronegócio, também deve ser compreendida como um processo civilizatório (MALHEIRO, 2010, p. 10).

Por meio do projeto Aços Laminados do Pará, a territorialização mineral busca se projetar sobre a lógica de vida das populações do P.A Belo Vale, o qual é fruto da luta histórica dos camponeses que ali se situam. Este cenário, posto na realidade histórica da região Sudeste do Pará, mostra, claramente, a contradição entre projetos territoriais e de vida. Por um lado, a lógica do capital tenta se impor, por outro, outras formas de produção e reprodução da vida estão em jogo, representados, sobretudo, pela realidade do P.A Belo Vale.

Conclui-se, a partir destas análises, que a Aços Laminados do Pará (ALPA) reforça o regime de acumulação primitiva mediante espoliação/despossessão. Independente de ser um projeto de produção de *commodities* ou não, a ALPA representa um projeto territorial do capital, que avança sobre o território dos trabalhadores rurais, e transforma as relações de produção conforme a sua imagem e semelhança.

REFERÊNCIAS

AFONSO. B.G; NETO. R. G. C; PEREIRA. A. R. A exploração mineraria e suas consequências na Amazônia brasileira. In: *Revista Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais*. Fórum Carajás, São Luis: 2010. 72 p.

BORON, Atílio A. Estadolatria e teorias “Estadocêntricas” (Notas sobre algumas análises do Estado no Capitalismo Contemporâneo). In: *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1994.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo*. Editora Lamparina, Rio de Janeiro: 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Anuário estatístico 2012*; Secretaria do Desenvolvimento da produção, Brasília: 2012.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030*; Brasília: MME, 2010.

CARVALHO, Guilherme. *Elementos para analisar os Grandes projetos de Infraestruturas na Amazônia*. UFPA/NAEA; Belém: 2011.

CASTRO, E. Integração Sul-Americana do IIRSA Visão do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE/ Comova 2009.

_____. Expansão da Fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e Integração sul-americana. In: *Caderno, CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan/Abr. 2012.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR. *Sudeste do Pará: um estudo de sua História*. v. 1. Marabá, 1990.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR. *Os impactos da mineração no Sudeste Paraense*. Marabá, 2010.

CORAZZA, Gentil. Estado e Relações de Produção. In: *Ensaio FEE*. v.8, n.2, p. 21-30. Porto Alegre: 1987.

GONÇALVES, Reinaldo. *Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas*; UFRJ: Rio de Janeiro: 2011.

GOVERNO DO PARÁ. Notícias do Governo Popular. Ano IV. N.º.22. Fevereiro /2010

HARVEY, David. O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação. In: *O novo desafio Imperial*, CLACSO, Buenos Aires, 2006.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, Marabá – Pará, 16 e 17 de março de 2010. Edição n.º 2.031. Empresário Prevê retorno para julho - Caderno 1, Geral. p. 4.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, Marabá – Pará, 11 e 12 de Fevereiro de 2010. Edição n.º 2.017, Caderno 1, Coluna: Repórter Tocantins. p. 3.

JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, Marabá – Pará, 11 e 12 de Fevereiro de 2010. Edição n.º 2.017. MT garante alça viária para Marabá - Caderno 3, Coluna: Geral. p. 5.

JUNIOR, G. Borça; Puga, F.Pimentel. Perspectiva de investimentos na Indústria 2011-2014. In: *Visão do Desenvolvimento BNDES*. N.º 91, Fevereiro de 2011.

JUNIOR, G. Borça; Puga, F.Pimentel. Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011-2014. In: *Visão do Desenvolvimento BNDES*. N.º 92, Fevereiro de 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no Século XXI; Novas Formas de Desenvolvimento*. Editora Empório do Livro, São Paulo: 2009.

MALHEIRO. B. C. P. *Saberes e Territórios em disputa: construindo uma epistemologia fronteiriça*. In: Anais da II SBS Norte. Belém, 2010.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: *O Capital*. Lv. I, Vol. 2, 12ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o desenvolvimento Regional*. In: Novos Cadernos NAEA. v. 8, n. 1, p. 141-187, Belém: Jun. 2005.

NETO, R. G. C. Siderurgia em Carajás – 20 anos de destruição. CEPASP (Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular). Marabá, 2008.

PAIM, Elisângela Soldatelli. IIRSA; É esta a Integração que queremos? Núcleo Amigos da Terra; São Paulo: 2003.

PAULA, João Antonio. Amazônia: fronteira de acumulação de Capital. In: *As Amazônias do século XXI*. Editora EDUFPA. Belém 2008.

PAULA, João Antônio de. Crise Econômica e Reiteração do Capitalismo Dependente no Brasil. In: *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo*. Editora Lamparina, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. A Mercantilização de tudo: Produção de Capital. In: *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Editora Contraponto: Rio de Janeiro, 2001.

RELATÓRIO de Impactos Ambientais. ALPA, Marabá-PA, 2009.

PESQUISAS NA INTERNET

REUTERS. *BNDES aprova R\$3,9 bi para logística da Vale no Pará e Maranhão*. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias>. Acessado em 23 de agosto de 2012.

FACHIN, Patrícia. *Falta de política macroeconômica acentua desindustrialização*. Entrevista especial com Wilson Cano. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/> Acessado em 15 de setembro de 2012.

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/> acessado em 15 de outubro de 2012.

<http://www.pac.gov.br/> acessado em 20 de outubro de 2012.

<http://www.incra.gov.br/> acessado em 19 de novembro de 2012.

<http://www.vale.com.br/> acessado em 22 de novembro de 2012.

http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1337260033.pdf acessado em 11 de Julho de 2012.

